

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 56 — primavera de 2018

PALAVRAS, O JOGO QUE SEMPRE JOGO — <i>Maria Ana Marques</i>	1
REVISÃO DA UTILIZAÇÃO DAS MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS — <i>Victor Macedo</i>	2
LINGUAGEM INCLUSIVA SEM DISCRIMINAÇÃO ORTOGRÁFICA DOS POVOS — <i>Paulo Correia</i>	6
IRRITANTES, MULETAS E OUTRO/A(S) — <i>Philippe Magnan Gariso</i>	11
TENDÊNCIAS DA LÍNGUA PORTUGUESA: AS INÓCUAS E AS INÍQUAS (VII) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	13
A TÁTICA DO MORCEGO — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	15
A SUAZILÂNDIA NÃO É PROBLEMA — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	18
OMEGAT NA DGT, WIZARD, TAGWIPE E TEAMBASE: DOCUMENTAÇÃO — <i>Maria José Bellino Machado; Hilário Leal Fontes; Thomas Cordonnier; Elio Fedele; Fons De Vuyst</i>	19
NOTAS SOBRE LÍNGUAS, TOPÓNIMOS E ORTOGRAFIA DE CABO VERDE — <i>Paulo Correia</i>	24
ESTÓNIA — FICHA DE PAÍS — <i>Kai Gregori; Paulo Correia</i>	28

Palavras, o jogo que sempre jogo

Maria Ana Marques
Secretariado-Geral — Conselho da União Europeia

Acordo de manhã logo a pensar no acordo, porque não acerto com este acerto. Às vezes desespero, mas o meu desespero dura pouco, passa com um café. Tomo sempre café de máquina, porque é o único que não tem borra, e leio o jornal. Mas se me distraio o café entorna-se e borra o jornal. Também faço geralmente uma pequena torre de torradas, embora a minha torradeira não torre muito bem.

Ao almoço almoço na cantina. Gosto de espetadas, porque têm sempre um gosto diferente. Começo pelo começo, tiro-lhes o espeto e com ele espeto os bocadinhos de carne. Deito o molho sobre a carne e depois molho o pão, para que nada sobre. Se tiver sede bebo água, o que é fácil porque na sede do meu trabalho há um chafariz. Às vezes não funciona, mas eu não me transtorno com esse transtorno, porque tenho sempre uma garrafinha de reserva.

Quando vou para casa entretenho-me com os meus passatempos: jardinagem e costura. Tenho um rego de hortaliças, que rego todos os dias. A terra não pode ficar seca, porque senão a plantação também seca. Depois de colher os legumes para a sopa deito-lhes sempre uma colher de bicarbonato.

À noite bordo lencinhos. Primeiro dobro o bordo com o ferro, com o que atingi o dobro da velocidade que tinha quando alinhavava; depois faço a bainha, muito fina, porque senão a agulha força o pano e eu não tenho muita força. Nunca me engano com a cor da linha, porque sei os padrões de cor.

Ainda comecei a cantar num coro, mas coro ao pensar na má figura que fiz, pelo que abandonei essa atividade. Às vezes passo os serões a ler. Agradam-me os romances em torno de personagens históricas, e torno a lê-los muitas vezes.

Não vos cobro nada por esta história mas vou pôr-lhe cobro. Ninguém diga que a leitura fonética do português é difícil. Mas é muito raciocínio para a inteligência. E com muito raciocínio a inteligência para.

Maria-Ana.Marques@consilium.europa.eu



Revisão da utilização das maiúsculas e minúsculas

Victor Macedo

Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Sôbre orthographia, (que é fôrça cada um fazer a sua entre nós, por que a não temos) direi só que segui sempre a ethymologia em razão composta com a pronúncia; que accentos, só os puz onde, sem elles, a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer methodo mais accertado, apenas haja algum geral, e racionavel em portuguez: o que tam facil, e simples seria, se a nossa academia, e govêrno em tam importante cousa se empenhassem.⁽¹⁾

Introdução

O desabafo de Garrett data de 1825; de então para cá, e a começar em 1911, várias reformas da ortografia vieram colmatar a lacuna referida. Estas reformas, porém, nunca foram suficientemente exaustivas para acautelar toda a variedade de problemas contingentes surgidos na prática de escrita quotidiana, e os instrumentos ancilares que as acompanharam (vocabulários, manuais explicativos, prontuários, etc.) não bastaram para dirimir todas as dúvidas concretas. Continuou, assim, a fazer-se sentir a necessidade de complementar as bases das convenções ortográficas através de guias de estilo, normas para uso interno em cada órgão ou instituição, etc., o que gerou um inevitável movimento centrífugo que instituiu cada indivíduo ou instituição em academia e os levou a definir para si o «methodo mais accertado», coincidente ou não com os demais.

Nas instituições da União Europeia, a resposta a este problema passou antes de mais pela elaboração da versão portuguesa do *Código de Redação Interinstitucional*⁽²⁾, concluída em 1993, que pretendia definir regras claras para a redação em português dos textos da UE. O Código, gerido pelo Serviço das Publicações, visa uniformizar as regras utilizadas nos textos que se destinam a serem publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*, embora, por arrastamento, haja todo o interesse em que a prática interna de cada instituição se lhes submeta igualmente; esta convergência nem sempre se tem verificado, contudo, antes têm continuado a acumular-se os exemplos de divergência não só entre as práticas das diferentes instituições como também no interior de cada uma destas.

Nos últimos anos, o Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP), em que estão representados todos os serviços de tradução para português das instituições europeias, tem-se empenhado na revisão das regras prescritas pelo Código (recorde-se a recente revisão na íntegra dos anexos relativos às designações oficiais dos países, das moedas e dos gentílicos) e militado pela sua aplicação uniforme, sustando assim a tendência para a fragmentação no uso concreto. Os trabalhos do GITP não aspiram a propor soluções «perfeitas» e isentas de controvérsia, porque as não há; antes, a tónica é colocada na procura de uma convenção o mais consensual possível, que se impõe pela falta de alternativas credíveis e pela urgência de aproximar as práticas individuais.

Foi com este fim em mente que o GITP se abalançou a rever o ponto 10.7 do Código⁽³⁾, relativo à utilização das maiúsculas e das minúsculas. Com efeito, na sua redação original, o Código tornara-se por vezes mais um estorvo do que um incentivo a uma utilização coerente: as suas regras eram frequentemente contraditórias ou ambíguas, deixando em muitos casos a utilização ao alvedrio individual ou utilizando termos equívocos no enunciado («especial deferência», etc.); é o caso, por exemplo, das designações dos cargos. Por outro lado, as regras não contemplavam uma série de nomes particularmente recorrentes nos documentos da União Europeia e eram amiúde ilustradas com exemplos pouco pertinentes para quem os redige ou traduz. Por último, a apresentação dos vários casos contemplados era pouco criteriosa e nem sempre facilitava o recurso ao Código.

Bases teóricas da revisão

O primeiro desafio consistiu em identificar as bases a respeitar na definição das novas regras a introduzir no Código. Este não pode, efetivamente, existir isolado da realidade portuguesa, nem dos instrumentos adotados pelo Estado português para regulamentar esta matéria, pelo que o texto do Acordo Ortográfico de 1990, em vigor, e os vocabulários ortográficos já publicados pelas instâncias competentes tiveram de ser tidos em conta; bem assim, o GITP analisou a(s) prática(s) seguida(s) por organismos estatais portugueses, com destaque para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, e pelos principais órgãos de comunicação social.

O Acordo Ortográfico de 1990⁽⁴⁾ é claramente insuficiente como guia para a prática quotidiana, não só por não contemplar todas as situações concretas possíveis como, sobretudo, pelo enunciado equívoco de muitas das suas regras: no anexo I, a base XIX, relativa ao uso das minúsculas e das maiúsculas, abunda em expressões como «podem ser escritos com minúscula» (n.º 1, alínea c)), «opcionalmente, neste caso, também com maiúscula» (n.º 1, alínea f)), «opcionalmente, também com maiúscula» (n.º 1, alínea g)) ou «opcionalmente» (n.º 2, alínea g)), sem apresentar critérios que permitam aos escreventes determinar de forma segura quando utilizar uma ou outra opção; o anexo II (nota explicativa) não se pronuncia sobre a matéria. Contudo, e como se verificava já no Acordo Ortográfico de 1945⁽⁵⁾, resulta claro que o uso da minúscula é prescrito como regra geral para todos os vocábulos («A letra minúscula inicial é usada [o]rdinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes», n.º 1, alínea a)), à exceção de uma série de casos devidamente circunscritos.

Não deixa de ser curioso, portanto, que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, responsável pela publicação do *Diário da República*, tenha optado por se desviar do espírito e da letra do Acordo Ortográfico de 1990, optando, por exemplo, pela maiúscula inicial para os axionimos («expressões de tratamento cortês ou de reverência, títulos honoríficos, patentes militares, graus académicos e referências análogas»⁽⁶⁾) quando o Acordo prescreve a minúscula (cf. base XIX, n.º 1, alínea f)). A tensão entre os dois princípios parece ter-se alastrado a outros espaços geridos por serviços estatais: por exemplo, o sítio Web da Assembleia da República fala tanto de «câmara de Deputados» como de «deputados eleitos»⁽⁷⁾; a página Web da Câmara Municipal de Lisboa, por seu turno, utiliza um tanto indiscriminadamente quer «município» quer «Município»⁽⁸⁾.

Um relance por diferentes órgãos de comunicação social portugueses oferece um panorama igualmente confuso e incoerente, ainda que tal possa dever-se à eventual inexistência de serviço de copidesque. Assim, a palavra «Estado» (na aceção de país), quase sempre escrita com maiúscula inicial, surge por vezes igualmente com minúscula; a palavra «governo» é quase sempre maiusculada (mas nem sempre no *Diário de Notícias*, por exemplo⁽⁹⁾), ao passo que a «administração Trump» surge com minúscula inicial, embora seja equiparável a um governo⁽¹⁰⁾. Quanto aos nomes que designam cargos (incluídas as patentes militares), são quase invariavelmente escritos com minúscula inicial, com a exceção notável de «Presidente da República» (e da palavra «presidente» em geral, quando designa um chefe de Estado — o que torna difícil compreender a opção pela minúscula em «rainha Isabel II»⁽¹¹⁾); o «Livro de Estilo»⁽¹²⁾ do jornal *Público* prevê expressamente exceções ao uso da minúscula inicial para «Presidente da República» e «Papa» (sem justificar estas opções), ao passo que o *Expresso* escreve «papa» com minúscula⁽¹³⁾.

Este levantamento não é, nem poderia ser, exaustivo, mas é ilustrativo de uma paisagem nacional caracterizada pela falta de rigor e pela incoerência na observância das regras, bem como por uma tendência marcada para o unilateralismo na interpretação dessas regras e na definição de soluções próprias mais específicas, como reação porventura compreensível a uma atitude por vezes excessivamente passiva das instituições competentes. Tal constatação obrigou o GITP a relativizar a utilidade das diversas fontes portuguesas como base para as regras a definir para os textos da UE: com efeito, a «prática» portuguesa, longe de exibir uma superfície homogénea, é assaz fragmentada e pautada por diferentes normas, tão arbitrárias umas como as outras.

Nesta continuidade, o GITP não poderia cingir-se a aplicar indiscriminadamente uma qualquer dessas normas, ou disposições desgarradas de várias delas, na busca de uma pretensa legitimação no uso nacional (ele próprio díspar): fazê-lo mais não seria do que perpetuar normas incongruentes, sem resolver o problema da arbitrariedade. Inversamente, aceite a arbitrariedade, seria vão aspirar a soluções capazes de agradar a todos ou de constituir um todo perfeitamente satisfatório, justamente porque nenhum conjunto de regras pode manter a máxima coerência sem colidir com os hábitos estabelecidos de determinados falantes ou com as preferências de outros. Consciente destas limitações, o GITP considerou que o máximo valor acrescentado da sua intervenção passaria pela aplicação de critérios como a continuidade, a estabilidade, a simplificação, a pertinência, a clareza, a convergência e a coerência: em vez de perseguir a miragem de adotar regras «100 % lógicas», ou «conformes à prática nacional» (qual delas?), apostou em regras mais simples e mais claras, que obtiveram o aval dos representantes de todas as instituições e podem ser aplicadas de forma inequívoca e uniforme. A tónica é, pois, colocada na promoção do consenso e da aceitação de uma norma comum, mais do que na busca de uma hipotética solução ideal. Neste sentido, os trabalhos do GITP nortearam-se pelos seguintes princípios:

- a) reduzir as alterações ao mínimo estritamente necessário, a fim de privilegiar a estabilidade e a continuidade sempre que possível e evitar inovações escusadas;
- b) adotar a minúscula como opção de base para todos os nomes, seguindo o espírito e a letra do Acordo Ortográfico de 1990;
- c) restringir a utilização da maiúscula aos nomes próprios, assim como aos casos em que seja necessário distinguir um nome comum numa aceção específica da sua aceção genérica;
- d) aplicar da forma mais coerente possível as regras adotadas, limitando o número de exceções e os casos ambíguos.

Regras e principais alterações

Antes de mais, o GITP decidiu alterar integralmente a apresentação e a ordem dos diferentes casos contemplados no ponto 10.7 do Código, colocando a ênfase nos aspetos que mais diretamente interessam a quem trabalha nas instituições da UE: em vez de começar pelos antropónimos e pelos nomes de figuras mitológicas, o Código passa a dar destaque às designações oficiais das instituições e de outros organismos da UE, a outros organismos nacionais ou internacionais, aos tipos de documentos e atos oficiais da UE, nacionais ou internacionais, etc. Da mesma forma, os exemplos foram substituídos por outros mais pertinentes para os documentos da UE, e foi prestada especial atenção a todas as exceções suscetíveis de gerarem dúvidas. A intenção é focalizar o Código no trabalho concreto das instituições da UE, em vez de procurar legiferar sobre aspetos já abrangidos pela base XIX do Acordo de Ortográfico de 1990, para a qual são feitas remissões sempre que os aspetos em causa nela sejam suficientemente tratados. Foram ainda integralmente revistas as disposições relativas à utilização das maiúsculas e das minúsculas na pontuação.

Quanto às regras propriamente ditas, circunscrevem essencialmente a utilização da maiúscula aos casos seguintes:

- a) às designações oficiais (e às designações abreviadas convencionadas) de órgãos, instituições e outras entidades formalmente constituídas, da UE, nacionais ou

- internacionais — por exemplo, «a Comissão Europeia» (ou, na forma curta convencional, «a Comissão»), «o Tribunal de Contas», «a Procuradoria Europeia», etc.;
- b) às designações dos tipos de atos oficiais da UE, independentemente do seu tipo ou da instituição que os adote ou emita — por exemplo, «o Regulamento relativo às substâncias químicas», «o Acórdão do TJUE de ...» —, e clarificação da regra relativa à citação das designações abreviadas convencionadas desses atos (maiúscula inicial em todas as palavras, sem aspas — por exemplo, «Diretiva Aves», «Regulamento REACH»);
 - c) a todas as palavras dos títulos oficiais (ou aos títulos abreviados convencionados) de acordos, convenções ou tratados, da UE, nacionais ou internacionais;
 - d) a todas as palavras dos títulos de publicações em geral;
 - e) a todas as palavras dos títulos dos planos, estratégias, programas, roteiros, espaços, etc., da UE — por exemplo, «Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Ambiente», «Roteiro para a Migração»;
 - f) a determinadas regiões geográficas, quando constituam um todo claramente distinto — por exemplo, «o Médio Oriente», «o Norte de África», etc.;
 - g) a elevados conceitos de natureza política, a saber, «o Estado» e «o(s) Tratado(s)» (quando se trata do(s) Tratado(s) europeu(s));
 - h) aos acrónimos e siglas;
 - i) aos nomes comuns quando utilizados por antonomásia para remeter para nomes próprios já identificados no texto, ou quando seja claro que deles se trata — por exemplo, «o Governo» [por «o Governo português»];
 - j) a todos os outros nomes próprios em geral (antropónimos, topónimos, nomes de festividades, pontos cardeais quando utilizados em sentido absoluto, etc.).

Em todos os restantes casos, é prescrita a utilização da minúscula inicial. Desta enumeração se depreende que o número de alterações em relação à situação anterior é bastante limitado: as principais inovações decorrem da vontade de assegurar maior coerência interna, alargando a aplicação de uma ou outra regra a todos os casos equiparáveis e procurando conter determinadas tendências ainda observadas em muitos textos, como sejam a de aplicar as regras em matéria de maiúsculas e minúsculas seguidas noutras línguas ou a de uma obsequiosidade excessiva nas referências a cargos, títulos honoríficos ou académicos, etc.

As principais mudanças relativamente à situação anterior podem ser assim resumidas:

1. os cargos, quaisquer que sejam deixam de se escrever com maiúscula inicial, a não ser em casos protocolares devidamente circunscritos (assinatura de documentos ou atos oficiais, vocativo na correspondência oficial, etc.); esta alteração permite evitar anteriores situações injustificáveis em que determinados cargos eram escritos com maiúscula inicial (por exemplo, ministros, presidentes das instituições da UE, etc.) ao passo que outros não (por exemplo, deputados ao Parlamento Europeu, juízes do Tribunal de Justiça, etc.); as pastas e os pelouros, contudo, continuam a escrever-se com maiúscula inicial (por exemplo, «ministro da Economia», «secretária de Estado da Cultura»);
2. os nomes de todos os tipos de atos oficiais da UE (incluindo resoluções, pareceres, conclusões, comunicações, acórdãos, etc.) passam a escrever-se com maiúscula inicial, por analogia com os regulamentos, as diretivas e as decisões, por uma questão de coerência;
3. da mesma forma, é prescrita a maiúscula para outros instrumentos da UE (roteiros, planos de ação, programas, etc.), pondo termo à confusão e à diversidade de práticas desencontradas que reinava neste domínio;
4. os etnónimos deixam de ser escritos com maiúscula inicial.

Os resultados dos trabalhos do GITP nesta matéria foram dados a conhecer igualmente aos juristas-linguistas das instituições europeias, que tiveram a ocasião de sobre eles se pronunciar. Em seguida, foram publicados no *Código de Redação Interinstitucional*, estando já em vigor para todas as instituições da UE. Como é óbvio, este processo foi assaz prolongado, atendendo a que as práticas das

diferentes instituições da UE tinham divergido consideravelmente e que foi necessário construir um consenso gradual em torno dos princípios de base acima enumerados; o simples facto de esse consenso ter sido possível demonstra a importância atribuída pelos participantes à necessidade de convergência e de harmonização. Por outro lado, o GITP reconhece que as regras agora adotadas não constituem um todo perfeito e imutável — a fim de promover a sua máxima clareza, terão de ser continuamente aperfeiçoadas, completadas com exemplos mais elucidativos e explicadas de forma a evitar qualquer ambiguidade, e o GITP está aberto a sugestões e comentários nesse sentido. Entretanto, enquanto exemplo de cooperação frutuosa entre os diferentes serviços de tradução, o trabalho agora apresentado aponta o caminho que o GITP espera poder continuar a seguir no futuro, ou seja, o de uma aproximação crescente das práticas de cada instituição e o da promoção de uma verdadeira convergência dos métodos de trabalho e das soluções linguísticas e terminológicas adotadas.

Victor.Macedo@eesc.europa.eu

⁽¹⁾ Garret, A., «Advertencia», *Camões, Poema*, Livraria Nacional e Estrangeira, Paris, 1825, <https://books.google.be/books?id=6dZWAAAACAAJ>.

⁽²⁾ *Código de Redação Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.

⁽³⁾ *Código de Redação Interinstitucional: IV. Convenções próprias da língua portuguesa — 10.7., Maiúsculas e minúsculas*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100700pt.htm>.

⁽⁴⁾ Cf. Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?acordo&version=1990>.

⁽⁵⁾ Portal da Língua Portuguesa, *Acordo Ortográfico 1945*,

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1945>.

⁽⁶⁾ Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *Envio de Atos para Publicação: Emprego de maiúsculas e minúsculas*, https://www.incm.pt/actos/acordo_ortografico.html#cap11.

⁽⁷⁾ Cf. Assembleia da República, *Estatuto e Competência: Assembleia como órgão de soberania*, <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/assembleia-como-orgao-soberania.aspx>.

⁽⁸⁾ Câmara Municipal de Lisboa, *História: Período romano, bárbaro e muçulmano*, <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia>.

⁽⁹⁾ Fernandes, F., Tavares, P., «O chumbo do OE 2019 terá como consequência inevitável a queda do governo», *Diário de Notícias*, 12.5.2018, <https://www.dn.pt/portugal/interior/o-chumbo-do-oe-2019-tera-como-consequencia-inevitavel--a-queda-do-governo-9332838.html>.

⁽¹⁰⁾ *Diário de Notícias*, «Goldstein é a mais recente. As 20 saídas da administração Trump», 13.3.2018,

<https://www.dn.pt/mundo/interior/cronologia-as-saidas-da-casa-branca-desde-que-trump-tomou-posse-9184337.html>.

⁽¹¹⁾ *Público*, «Rainha de Inglaterra pede à Commonwealth para eleger o príncipe Carlos como seu chefe», 19.4.2018, <https://www.publico.pt/2018/04/19/mundo/noticia/rainha-de-inglaterra-pede-a-commonwealth-para-eleger-o-principe-carlos-como-seu-chefe-1810969>.

⁽¹²⁾ *Público*, «Livro de Estilo: Maiúsculas e minúsculas», http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/19-maiuscula-m.html.

⁽¹³⁾ Alves, C. F., «Cristo é fashion», *Expresso*, 12.5.2018.



Linguagem inclusiva sem discriminação ortográfica dos povos

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A linguagem tendencialmente inclusiva não deverá estar limitada a questões de género. Também as designações dos diferentes povos ou grupos humanos deverão ter um tratamento não discriminatório de todos os pontos de vista, incluindo o ortográfico. Assim, no documento *Algumas orientações sobre linguagem inclusiva* do Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa⁽¹⁾, atualmente em discussão, foi introduzido um parágrafo específico:

É prática corrente empregar regras gramaticais diferentes na escrita dos etnónimos (e respetivos adjetivos) consoante os povos sejam mais ou menos conhecidos. Por exemplo, poderá escrever-se um alemão/uma alemã, dois alemães/duas alemãs — com minúscula inicial e variável em género e

número —, mas um Inuit/uma Inuit, dois Inuit/duas Inuit — com maiúscula inicial e invariável em género e número. Esta prática é claramente discriminatória, talvez por influência das regras gramaticais próprias do inglês no caso do etnónimo menos conhecido. Independentemente do povo de que se trata, devem aplicar-se sempre as regras gramaticais do português. Assim, por exemplo: um inuíte/uma inuíte, dois inuítes/duas inuítes; um banto/uma banta, dois bantos/duas bantas.

Estes etnónimos grafados com regras ortográficas estranhas ao português são por alguns designados «internacionalismos» enquanto os etnónimos com regras ortográficas próprias do português seriam «vernaculismos». Mesmo que involuntariamente, a prática de usar vernaculismos para uns povos (por ex.: os alemães) e internacionalismos para outros (por ex.: os Inuit) é, no entanto, objetivamente discriminatória. Se é impensável um académico, jornalista ou tradutor utilizar Deutschen, Deutschers ou mesmo Germans em vez de alemães, por que não utilizar inuítes em vez de Inuit ou Inuits?

Em 2012, no artigo «Etnónimos, uma categoria gramatical à parte?»⁽²⁾ apresentaram-se exemplos que ilustram não só esta tendência para se usarem regras ortográficas próprias do inglês para referir etnónimos menos conhecidos, mas também a possibilidade de adaptar esses etnónimos à ortografia portuguesa, fazendo-os variar morfológica e sintaticamente segundo as regras do português. Infelizmente, desde então, mais guerras, perseguições, crises humanitárias e problemas de discriminação trouxeram-nos novos etnónimos ou nomes de grupos religiosos a juntar à lista então publicada.

Roinjas, hutis e iazidis

Um desses casos é o dos **refugiados roinjas**⁽³⁾. Os roinjas são um povo muçulmano de língua indo-europeia originário do estado de Arracão, na Birmânia — país predominantemente budista, onde a língua oficial é o birmanês (língua da família sino-tibetana).

Observando a prática da imprensa portuguesa, verifica-se a utilização da ortografia inglesa **Rohingya**, embora muitas vezes com minúscula inicial, e a formação de plural de nomes e adjetivos com adição de «s» final, embora a forma invariável também seja frequente. Ocorrem ainda alguns erros na transcrição do nome, sobretudo em títulos de artigos, provavelmente por esses títulos serem de escrita espontânea e não tradução de textos das agências noticiosas internacionais.

Vários observadores explicaram a opção de Suu Kyi de não criticar a operação contra os **Rohingya** como uma forma de evitar represálias dos militares, que ainda detêm grande poder na Birmânia.⁽⁴⁾

Os **rohingyas** são uma minoria muçulmana da Birmânia, maioritariamente budista. A junta militar não os reconhece como uma das 130 minorias étnicas do país.⁽⁵⁾

A plataforma criada por Zuckerberg foi acusada de ser uma ferramenta de incentivo ao ódio e ao genocídio contra os **Rohingyas**, uma minoria muçulmana.⁽⁶⁾

Imagens satélite demonstram destruição de aldeias **rhoingya** na Birmânia (...). A organização não governamental Human Rights Watch pediu hoje ao governo da Birmânia para abandonar os trabalhos de demolição das povoações abandonadas pelos 700 mil civis da minoria **rohingya** que se refugiaram no Bangladesh.⁽⁷⁾

Richardson disse que a reunião foi ocupada com críticas aos media internacionais, à ONU e aos grupos de defesa dos direitos humanos que têm denunciado a forma como a Birmânia trata a minoria **roinghya**.⁽⁸⁾

Para estes novos termos, a adoção de uma **forma portuguesa** poderá facilitar a estabilização da escrita e conseqüentemente da pronúncia, ajudando à observância das regras gramaticais usuais do português, como seja na formação de plurais de substantivos e adjetivos.

Tal é também o caso de grupos religiosos recentemente envolvidos em guerras ou alvo de ataques e perseguições, como os hutis ou os iazidis. Os **hutis** são um movimento político-militar xiita zaidita,

envolvido na atual guerra civil do Iémen. Os **iazidis** são um grupo de língua curda praticante do iazidismo, religião que inclui elementos do zoroastrismo, judaísmo, cristianismo e islamismo, vítima de perseguição pelo autodesignado Estado Islâmico (Daexe) no norte do Iraque.

Os rebeldes **huti**s do Iémen divulgaram imagens do que dizem ser o corpo do antigo presidente do país, líder do movimento de insurreição.⁽⁹⁾

A tensão entre Teerão e Riade agravou-se no sábado, após a interceção, sobre a capital saudita, de um míssil balístico disparado pelos rebeldes iemenitas **Houtis**, apoiados pelo Irão.⁽¹⁰⁾

Desde a semana passada que as milícias **houthis** têm combatido as forças de Saleh em Sanaa.⁽¹¹⁾

A ofensiva dos **huthis** sobre o centro de Áden começou na quarta-feira e marcou o maior avanço dos rebeldes em território governamental.⁽¹²⁾

pt			en	IATE
roinja(s)	Arracão (Birmânia)	my: ရှိတင်းဂျာ	Rohingya Ruáingga Rohingga	3543077
huti(s) hutista(s)	Iémen	ar: الحوثيون	Houthi / Huthi Houthist / Huthist	3563029
hutismo			Houthism / Huthism	
iazidi(s) iazidista(s)	Iraque	fa: یزیدی	Yazidi	915079
iazidismo			Yazidism	

Todos ciganos, alguns romes

Outro caso é o dos diferentes subgrupos **ciganos**⁽¹³⁾. As primeiras vagas de migração dos povos ciganos terão ocorrido por razões ainda incertas a partir do século IX (alguns autores consideram que terá sido apenas em finais do século X). Provenientes da Índia, os antepassados dos atuais ciganos migraram via Pérsia, Arménia e Ásia Menor bizantina, tendo-se espalhado depois gradualmente por toda a Europa (encontram-se hoje também na América, África, Austrália, etc.)⁽¹⁴⁾.

No início dos anos 90 pensou-se que o **endónimo** romani⁽¹⁵⁾ **roma** poderia ser o termo único que englobaria todos os **ciganos e ciganas**, evitando eventuais conotações negativas que o termo cigano teria adquirido nalgumas línguas. No entanto, a adoção deste internacionalismo bem-intencionado, pensado como politicamente correto, não foi pacífica... precisamente entre muitas comunidades ciganas que não se reveem nele. Cedo se verificou que, em português, o termo mais inclusivo seria... **ciganos**. A «questão cigana» já foi referida no n.º 18 d'«a folha» em dois artigos⁽¹⁶⁾. Num desses artigos Nuno Morais concluía:

Ao preferir, por via de regra, o termo «**ciganos**», o tradutor tem a certeza de que não está a excluir ninguém (de outro modo, convenhamos, seria uma tremenda ironia). A prioridade ao vernaculismo neste caso funda-se, não numa preocupação de «pureza» (o que é isso da pureza em questões linguísticas?), mas em razões de inteligibilidade e na consideração de que o primeiro passo para a não discriminação consiste precisamente nisso: em não ter medo das palavras.

Uma consequência positiva deste debate terminológico é pôr em evidência a complexidade das sociedades ciganas ao nível europeu. Assim, conforme evolui o conhecimento das sociedades ciganas nos diferentes países, assim continuam a surgir regularmente novos etnónimos, que chegam geralmente a académicos, jornalistas e tradutores via ortografia inglesa, sem preocupações de adaptação às regras ortográficas próprias do português. Por exemplo, na nota explicativa da comunicação da Comissão Europeia «Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da UE»⁽¹⁷⁾ usou-se a seguinte formulação:

O termo «cigano» é utilizado no presente contexto, bem como por algumas organizações internacionais e representantes de comunidades ciganas na Europa, para se referir a diferentes grupos (nomeadamente os **Roma, Sinti, Kale, Gypsies, Romanichels, Boyash, Ashkali, Egyptians, Yenish, Dom, Lom**), incluindo igualmente as comunidades viajantes, sem negar as especificidades e a variedade de estilos de vida e situações destes grupos.

A acreditar-se na capacidade do português para descrever o mundo que nos rodeia e a querer-se evitar um tratamento ortograficamente discriminatório, os endónimos e exónimos com que se identificam os diferentes povos ciganos podem ser reproduzidos em português, em igualdade com outros povos europeus como, por exemplo, os bascos, os sorábios, os romanches, os frísios, os morávios, os arromenos ou os bretões. Isto é, com minúsculas iniciais, com formas singulares e plurais regulares, comuns para substantivos e adjetivos, e com ortografia portuguesa.

O termo **Roma**, usado em inglês como substantivo e adjetivo invariável em género e número, corresponde ao romani masculino plural «homens» — *rom* (masc. sing.)/*romni* (fem. sing.), *roma* (masc. pl.)/*romnia* (fem. pl.). Também o termo **Sinti**, corresponde ao romani masculino plural «sindeses»⁽¹⁸⁾ — *sinto* (masc. sing.)/*sintesa* (fem. sing.), *sinti* (masc. pl.) — e o termo **Kale** ao romani masculino plural «pretos» — *kalo* (masc. sing.)/*kali* (fem. sing.) e *kale* (masc. pl.). Em alternativa os termos portugueses poderão partir do singular, formando plurais regulares: **rome(s), sintó(s) e caló(s)**. Alguns destes termos aportuguesados encontram-se já registados em dicionários ou textos em língua portuguesa, geralmente como termos invariáveis em género. No caso dos calós seria ainda mais estranho e potencialmente discriminatório recorrer a uma ortografia e regras gramaticais de uma língua estrangeira — o inglês — para falar de um grupo populacional português!

Segundo o Conselho da Europa, os ciganos europeus podem agrupar-se em três ramos principais: romes, sintós (também conhecidos como manuches) e calós (ou ciganos ibéricos). Os ciganos europeus, junto com os domes (que se estabeleceram no Médio Oriente e Turquia) e os lomes (que permaneceram nos países do Cáucaso) parecem partilhar, se não origens geográficas e linguísticas comuns, pelo menos uma identidade socioétnica.⁽¹⁹⁾

pt		rom	en	fr	IATE
romes	Leste Europeu	<i>roma</i>	Roma	Roms	3571563
sintós	Alemanha	<i>sinti</i>	Sinti	Sintés	872340
manuches ⁽²⁰⁾	França		Manush	Manouches	
calós ⁽²¹⁾	Península Ibérica	<i>kale</i>	Kale	Kalés	3545336
romanichéis ⁽²²⁾	Grã-Bretanha	<i>romani čel</i>	Romanichals Romanichels	Romanichels	3545197
baiaxes ⁽²³⁾	Roménia		Boyash Bayash	Bayaches	3544138
ascális	Balcãs		Ashkali	Achkalis	3552884
egipcianos balcano-egípcios	Balcãs		Egyptians	Égyptiens	3544654
domes	Médio Oriente e Turquia		Dom	Doms	3575643
lomes	Cáucaso		Lom	Loms	3575644
ieniches ⁽²⁴⁾	Suíça		Yenish	Yéniches	3575567

A nota explicativa da comunicação da Comissão atrás citada poderia, assim, em alternativa, grafar-se de forma mais inclusiva e mais conforme com as regras da gramática portuguesa:

O termo «cigano» é utilizado no presente contexto, bem como por algumas organizações internacionais e representantes de comunidades ciganas na Europa, para se referir a diferentes grupos (nomeadamente os **romes, sintós, calós, ciganos, romanichéis, baiaxes, ascális, egipcianos, ieniches, domes, lomes**), incluindo igualmente as comunidades viajantes, sem negar as especificidades e a variedade de estilos de vida e situações destes grupos.

Como curiosidade, registre-se que a língua caló, variante ibérica do romani, nos deixou palavras como:

calão — do castelhano *caló*, «cigano; linguagem cigana»⁽²⁵⁾; do cigano *caló* «preto»⁽²⁶⁾
gajo — do caló espanhol *gachó*, «homem»⁽²⁷⁾; do espanhol cigano *gachó* «homem»⁽²⁸⁾

Paulo.Correia@ec.europa.eu

⁽¹⁾ Cf. Soares, H., «Novo grupo interinstitucional sobre linguagem inclusiva», in «a folha», n.º 55 — outono de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha55_pt.pdf.

⁽²⁾ Correia, P., «Etnónimos, uma categoria gramatical à parte?», in «a folha», n.º 40 — outono de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha40_pt.pdf.

⁽³⁾ Enquanto **roinja** (Rohingya, em inglês) se baseia na pronúncia birmanesa /ròhĩndzà/, a variante **ruainga** (Ruáingga) corresponderia à pronúncia /ruájŋga/ na língua local e a variante **roinga** (Rohingga) à pronúncia em bengáli. O termo significa «(habitante) do Arracão». O termo Arracão já era utilizado por Camões n' *Os Lusíadas*: «Olha o reino Arracão; olha o assento / De Pegu, que já monstros povoaram» (Canto X).

⁽⁴⁾ «"Não briguem", pediu Suu Kyi em Rakhine, de onde os Rohingya são expulsos», *Público*, 2.11.2017, <https://www.publico.pt/2017/11/02/mundo/noticia/nao-briguem-pediu-suu-kyi-em-rakhine-de-onde-os-rohingya-sao-expulsos-1791175>.

⁽⁵⁾ «Quem são os rohingyas?», *Público*, 22.2.2010, <https://www.publico.pt/2010/02/22/jornal/quem-sao-os-rohingyas-18847820>.

⁽⁶⁾ «Quando o Facebook se transforma no diabo. Ativistas acusam rede social de incentivar genocídio», *Diário de Notícias*, 13.4.2018, <https://www.dn.pt/media/interior/quando-o-facebook-se-transforma-no-diabo-ativistas-acusam-rede-social-de-incentivar-genocidio-9257739.html>.

⁽⁷⁾ «Imagens satélite demonstram destruição de aldeias rhoingya na Birmânia», *Diário de Notícias*, 23.2.2018, <https://www.dn.pt/lusa/interior/imagens-satelite-demonstram-destruicao-de-aldeias-rhoingya-na-birmania-9139358.html>.

⁽⁸⁾ «Diplomata dos EUA crítica Suu Kyi e demite-se do comité para os rohingyas», *Público*, 25.1.2018, <https://www.publico.pt/2018/01/25/mundo/noticia/diplomata-dos-eua-critica-suu-kyi-e-demite-se-de-comite-para-os-rohingyas-1800782/amp>.

⁽⁹⁾ «Iémen: Ali Abdullah Saleh abatido pelos rebeldes hutis», *Euronews*, 4.12.2017, <http://pt.euronews.com/2017/12/04/iemen-ali-abdullah-saleh-abatido-pelos-rebeldes-hutis>.

⁽¹⁰⁾ «Presidente do Irão aconselha Riade a ter em conta a "potência" iraniana», *Diário de Notícias*, 8.11.2017, <https://www.dn.pt/lusa/interior/presidente-do-irao-aconselha-riade-a-ter-em-conta-a-potencia-iraniana-8902204.html>.

⁽¹¹⁾ «Ex-Presidente Saleh morto por rebeldes houthis», *Público*, 4.12.2017, <https://www.publico.pt/2017/12/04/mundo/noticia/expresidente-saleh-abatido-por-rebeldes-houthis-1794810>.

⁽¹²⁾ «Huthis controlam o centro da estratégica cidade de Adén», *Público*, 2.2.2015, <https://www.publico.pt/2015/04/02/mundo/noticia/rebeldes-huthis-alcancam-principal-cidade-leal-ao-governo-do-iemen-1691150/amp>.

⁽¹³⁾ Segundo alguns dicionários, o termo **cigano**, em português e noutras línguas europeias, viria do grego bizantino ἀθίγγανος (*athígganos*) «em que não se deve tocar». Já o termo **gitano** (Gypsy em inglês) viria de «egípcio».

⁽¹⁴⁾ Adaptado de Conselho da Europa, *Descriptive Glossary of terms relating to Roma issues* (versão de 18.5.2012), <https://rm.coe.int/1680088eab>.

⁽¹⁵⁾ O **romani** (ou români) é a macrolíngua dos ciganos ou, segundo algumas fontes, apenas dos ciganos da Europa Oriental (romes), sendo o **caló** a língua dos ciganos ibéricos e o **sintó** a dos ciganos do norte da França, do Benelux e da Alemanha. Em língua romani, *romani* é um adjetivo feminino singular, sendo *romanó* o masculino singular.

⁽¹⁶⁾ Moraes, N., «Ciganos, e com muito gosto» e Costa, A. M. da, «Ciganos, Sinti, Roma» in «a folha» n.º 18 — primavera de 2005, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha18_pt.pdf.

⁽¹⁷⁾ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da UE, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN-PT/TXT/?uri=CELEX:52012DC0226>.

⁽¹⁸⁾ Do Sinde, atual Paquistão.

⁽¹⁹⁾ Adaptado de Conselho da Europa, *Descriptive Glossary of terms relating to Roma issues* (versão de 18.5.2012), <https://rm.coe.int/1680088eab>.

⁽²⁰⁾ Do romani *manus* «ser humano». Subdivisão dos sintós.

⁽²¹⁾ Nos dicionários portugueses, caló designa apenas a língua dos ciganos ibéricos.

⁽²²⁾ Do romani *romani čel* «pessoas ciganas».

⁽²³⁾ Do romeno *băiaș* (*băieși* pl.).

⁽²⁴⁾ Não se consideram ciganos.

⁽²⁵⁾ Porto Editora, *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*, «calão», <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cal%C3%A3o>.

⁽²⁶⁾ Lexikon Editora Digital, *Aulete Digital*, «calão», <http://www.aulete.com.br/cal%C3%A3o>.

⁽²⁷⁾ Porto Editora, *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*, «gajão», <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/gaj%C3%A3o>.

⁽²⁸⁾ Lexikon Editora Digital, *Aulete Digital*, «gajão», <http://www.aulete.com.br/gaj%C3%A3o>.

Irritantes, muletas e outro/a(s)...

Philippe Magnan Gariso

Tradutor técnico — Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

Caro leitor, estou irritado, mesmo muito — perdão, bastante — irritado porque os irritantes pululam sem rei nem roque, são cada vez em maior número e quem sofre? Ela, claro, a portuguesa língua, aquela que é comum a milhões de falantes, mas — infelizmente — sem que com isso se irrite. Há clínicas de golfe, houve hospitais de letras, há um jornal de letras, artes e ideias, falta um endereço onde estes irritantes se poderiam tratar. Pois é; os irritantes! E quem são eles? Ou será caso para perguntar, perdão — colocar a questão —, o que os caracteriza? Dos bancos da escola ficou-me que «irritante» é um adjectivo, portanto qualifica um nome; os dicionários consultados apresentam como sinónimo, sem que a enumeração seja exaustiva, «chato», «azucrinante», «fastidioso», «exasperante», «aborrecido», «estimulante». Ora, ficámos a saber, há bem pouco, que desapareceu o «irritante» entre dois países com laços fortes... Quem é ele? Sim, esse nome, esse substantivo. Mudança de categoria gramatical dirão alguns, fulminantemente. Custa a engolir. Como alguns perguntam «onde está o Wally», agora pergunta-se: — onde pára o irritante? Cadê ele? Sumiu, esfumou-se? Caminhando na esteira desses para quem passou a haver irritantes, a minha irritação é com frases, assaz comuns nos meios jornalísticos, do tipo «vão haver alterações», «haverão cauções» ou ainda a propósito dos incêndios: «Apesar dos filhos saírem ilesos, a mãe tem queimaduras.» Esquisito, para não dizer absurdo. **Apesar de** é uma locução prepositiva equivalente a «não obstante», «a despeito de» e, francamente, não consigo vislumbrar o nexa nesta afirmação. Coitada da lógica! Prossequindo, no contexto dos incêndios e dos relatórios subsequentes, «poderiam sobreviver se fossem assistidos»; então e a concordância verbal? Adiante.

O que me irrita, pudera, com tanta efervescência no futebol, é um comentador afirmar que «o campeonato foi vencido pelo Futebol Clube do Porto!» Foi «ganho» será? Nesta senda futebolística, o que pensar de «o árbitro não viu qualquer *input* do VAR». A minha falecida avó materna, Marcelle, diria: — «*Le monde est à l'envers*».

Irritam-me construções de tipo «todos sem excepção», já que, por via da lógica, no todo não cabem excepções. Outro irritante são frases como: «...há a registar x feridos na sequência do atentado, ou do acidente», ou «não há a registar qualquer tipo de ocorrências». Vejamos: que falta faz na frase o elemento «registar»? Não se lhe deveria preferir «não há ocorrências»? Não faz falta, não há perda nem desvio de sentido. Há x feridos. E, é mesmo na sequência, ou seja, num tempo posterior ao atentado, ou ao acidente, ou será «como/em consequência»? Ou seja, «por efeito de», «em resultado de».

Irritante? Sim, são os copos meio cheios ou meio vazios. Vejamos: um copo, ou qualquer outro continente, pode ter o que quer que seja, até um determinado limite; o resto não está vazio, tem um determinado volume de ar que ocupa espaço.

Irritante? São os estádios completamente cheios ou salas completamente/totalmente lotadas, porque se estão cheios ou lotadas não falta ninguém; todos os ocupantes lá estão (nos estádios e nas salas).

Irritante? São frases como esta, colhida muito recentemente num órgão de imprensa digital, o *Jornal Económico*: «Apesar de ser apenas confirmado esta tarde quando o documento for enviado para a Assembleia da República, as notícias sobre a revisão levaram a críticas por parte dos partidos à esquerda. O BE estará mesmo a preparar um projeto de resolução contra a alteração da meta. António Costa defende, no entanto, que não haverão mudanças nas políticas para atingir a redução.⁽¹⁾» O primeiro segmento da frase é duvidoso; depois, embirro solenemente com a expressão «por parte de», pois não percebo porque não há-de ser «por» ou «pelo». Na frase, apetece perguntar que porção/percentagem dos partidos à esquerda proferiu as críticas; desses, à esquerda, quantos foram? Tudo seria bem mais claro se em vez de «por parte de» escrevêssemos «...levaram a críticas dos

partidos...». Quanto ao «haverão», não sei se o problema, melhor dizendo, a questão, remonta à instrução primária, aos programas do ensino secundário, ou das universidades, ou se os culpados são tão-só os professores. A talho de foice, em vez de se preocuparem com escritas inclusivas e feminismos descabidos, cuide-se de se ensinar gramática, fonética, prosódia e redacção da língua portuguesa. A língua é uma arma poderosíssima e, mal empregue, faz mal, muito mal, faz mossa, deixa marcas, quantas vezes indeléveis. Ocupem-se do plano nacional de leitura, e deixem lá a redacção com epícenos e outros estados de alma torpes que poluem o falar e o escrever. A defesa do idioma começa pela correcção na fala e na escrita. Consolidada essa fase, pode haver lugar para aventuras e devaneios em terrenos movediços e nos agueiros — menos seguros, por vezes fatais.

Irritante? São as demissões em bloco. O quadro clínico de um dado hospital demite-se em bloco, a AG do Sporting demite-se em bloco. O elemento «bloco» é supérfluo, porquanto se a demissão não abranger todos e todas, a totalidade, então não há demissão do quadro clínico ou da AG; haverá demissão de alguns e algumas das pessoas — aprendi a lição dos inclusivos (irritantes). Nesta linha, estão «todos os 23 arguidos ficaram em prisão preventiva», porquanto se são os 23, para que serve «todos», e se são todos, o que acrescenta o elemento «23»?

Irritante? O «*timing*» que empurrou para fora do nosso léxico o «tempo», o «momento», o «cronograma», a «oportunidade»; o mesmo sucede com o «*staff*», que atira borda fora o «corpo», os «funcionários», os «colaboradores», o «pessoal» e outras opções.

Irritante? Os «elementos» dos bombeiros, os «elementos» das forças policiais, os «elementos» da direcção, e tantos outros elementos. Nos corpos de bombeiros há bombeiros/bombeiras, nas forças policiais há polícias, nas direcções há directores/directoras, vogais, membros. Bem sei que as máquinas têm órgãos, mas porque tem de haver elementos nos corpos de bombeiros? Entendo, até, que esta forma de designar os profissionais, homens e mulheres, é desrespeitadora.

O que dizer das muletas? Na falta de vocábulo mais expressivo em português, socorro-me do exemplo francês «*mots béquilles*» para designar por muletas aquelas palavras e expressões que os jornalistas e repórteres empregam nos jornais televisivos e nos directos para tapar as brancas, as hesitações, para queimar tempo, quando não são capazes de um discurso fluido, escorreito. Por exemplo: «... vamos **então** entrevistar os passageiros que saíram **então** da carruagem quando se registou **então** o acidente; vemos agora o maquinista a sair, **ele que** foi protagonista de um anterior acidente, e que **efectivamente** causou pânico; foi **aqui, neste local**, na localidade de ... que se registou o despiste, quando **efectivamente** um pesado embateu **então** na cancela da passagem de nível; tenho agora **aqui**, ao meu lado, o comandante dos bombeiros, **ele que** coordenou as operações...» Penso que esta redacção fala por si. O texto é meu, mas reproduz o modo de reportar dos «elementos» das estações televisivas. O elemento «ele que» é particularmente exasperante.

Adiante. Há tempo que me apetece alinhar umas ideias — não exaustivas, claro — sobre a tão propalada linguagem inclusiva. Essa onda que cavalgam alguns movidos, parece, mais pelo coração do que pela razão, com o risco de se extravasarem as balizas tradicionais. Também é verdade que é salutar romper com alguns tradicionalismos, desempoeirar, rejuvenescer, mas não, no meu entender, com os estados de alma que afunilam o pensamento. O assunto não é novidade nos países francófonos e anglófonos europeus onde a feminização das designações das profissões surge amiúde, apesar da trapalhada nas regras do seu emprego. Em textos oficiais franceses, o masculino genérico prevalece; aliás, o governo banuiu o emprego da escrita inclusiva em documentos oficiais por via de uma circular de Novembro de 2017⁽²⁾. Convirá acrescentar que uma sondagem da IFOP encomendada pelo jornal electrónico *Atlantico*, também em Novembro, indica que 69% dos franceses são contra a escrita inclusiva⁽³⁾. Como se não bastasse, não há consenso sobre a tipografia que resulta deste modo de escrita; o grau de legibilidade dos textos é reduzida, já que nos marcadores de género valem os pontos intermédios, os parênteses, as barras oblíquas, e ainda, em anúncios de emprego, o velhinho «H/F» Por muito que se procure obter um texto estilisticamente estéril, enxuto, sóbrio, o emaranhado das opções tipográficas conduz ao caos. Num momento em que o texto deve ser curto, porque as novas tecnologias a isso obrigam, o que é feito do princípio da economia vocabular? Os defensores desta

extravagância já tentaram ler um texto escrito segundo o modelo que propõem? Ao que sei, a escrita inclusiva é impossível de ser reproduzida em Braille. Os marcadores gramaticais são marcadores de género e não de sexo; penso que reside aqui uma boa parte da confusão. A luta pela igualdade nos salários, nas tarefas domésticas, nas responsabilidades governativas ou empresariais, a violência doméstica, é assunto de mentalidades, de educação, de tradições sociais; não passa pela desordem, pelo caos, pelo desrespeito da gramática, pela tentativa de imposição na esteira da neografia portuguesa. Os/as guias sobre a matéria⁽⁴⁾, e também os formulários, impressos e ofícios da administração pública portuguesa tendem, há muito, para a neutralidade/abrangência de género. Será que esta batalha feminista é o culminar do processo? Ou seja, depois de aceite, não haverá mais por que reivindicar — este será o estádio último desta guerra. Depois, não mais haverá desigualdades. Esgota-se aqui o feminismo e os tais estados de alma apaziguar-se-ão. Não é menos verdade que não gosto do vocábulo «feminismo» para designar a justa reivindicação da igualdade. Que não se repita o exemplo do novo acordo ortográfico — oiçam os falantes, os que manuseiam a escrita com fins profissionais, os especialistas; que não se confinem a uns quantos que decidirão em nome de muitos outros como se de um imperativo categórico se tratasse.

philippe.gariso@mota-engil.pt

⁽¹⁾ Ferreira, L. M., «Costa: “Não vamos rever políticas ou medidas para cumprir o défice”», *O Jornal Económico*, 13.4.2018, <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/costa-nao-vamos-rever-politicas-ou-medidas-para-cumprir-o-defice-293556>.

⁽²⁾ Circulaire du 21 novembre 2017 relative aux règles de féminisation et de rédaction des textes publiés au Journal officiel de la République française, *Journal officiel de la République française*, n.º 0272, de 22 de novembro de 2017, <https://www.legifrance.gouv.fr/eli/circulaire/2017/11/21/PRMX1732742C/jo/texte>.

⁽³⁾ *Atlantico*, «Écriture inclusive dans les documents publics : pour 69% des Français, c'est non. Mais que recherchent donc ceux qui tentent d'imposer ce débat ?», 24.11.2017, <http://www.atlantico.fr/decryptage/ecriture-inclusive-dans-documents-publics-pour-69-francais-c-est-non-mais-que-recherchent-donc-ceux-qui-tentent-imposer-debat-3234853.html>.

⁽⁴⁾ Cf. Abranches, G., *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na administração pública*, Lisboa, 2009, https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/11/Guia_ling_mulhe_homens_Admin_Publica.pdf.



Tendências da língua portuguesa: as inócuas e as iníquas (VII)

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A lei do menor esforço está, claramente, na base dos erros de colagem acrílica ao inglês. Pouco criterioso, o tradutor apressado ou amadorístico opta pela solução mais fácil, que consiste em substituir, uma por uma, as palavras da língua de origem pelas equivalentes da língua de destino que mais rapidamente encontra no dicionário ou noutras fontes de pesquisa. Pior: as palavras inglesas de origem latina (que abundam) são traduzidas por palavras portuguesas gráfica e/ou foneticamente semelhantes, quando, por vezes, a evolução semântica as fez divergir bastante no que toca ao significado (os casos, muito longe de exaustivos, de *eventual* e *global*).

Nascem assim tendências que, nuns casos, se podem classificar como inócuas, porquanto resultam meramente de alguma inexperiência e não têm repercussões drásticas a nível da compreensão, mas noutros casos constituem erros grosseiros e lamentáveis (tendências iníquas).

Apresento em seguida alguns exemplos, recolhidos dos órgãos de comunicação social portuguesa, que se integram no conceito de «tendências inócuas»:

<i>committed</i>	Traduz-se amiúde por «comprometido», quando o equivalente português mais adequado será «empenhado». Por exemplo, <i>She is very committed to take care of her daughters</i> corresponde mais corretamente a «Ela está muito empenhada em cuidar das filhas» do que a «Ela está muito comprometida em cuidar das filhas» (aliás, «estar comprometido» pode entender-se, muitas vezes, como «estar embaraçado»).
<i>evidences</i>	É cada vez maior a tendência para traduzir este termo por «evidência», quando o mais correto seria «indício», «sinal» ou, no domínio jurídico, «elemento de prova».
<i>find</i>	Traduz-se em geral por «encontrar», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, «procurar». Por exemplo, <i>Can you help me find him?</i> corresponde mais corretamente a «Podes ajudar-me a procurá-lo?» do que a «Podes ajudar-me a encontrá-lo?».
<i>hate</i>	Traduz-se em geral por «odiar», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, «detestar» ou «lamentar». Por exemplo, <i>I hate to say this</i> corresponde mais corretamente a «Detesto dizer isto» ou «Lamento dizer isto» do que a «Odeio dizer isto».
<i>I will have to live with that</i>	A tradução imediatista é, quase sempre, «Vou ter de viver com isso», quando uma busca criteriosa do português tradicional em situações como aquela a que se refere a expressão inglesa conduziria, facilmente, a «Vou ter de me conformar», «Vou ter de me resignar».
<i>love</i>	Situação idêntica à de <i>hate</i> : traduz-se em geral por «amar», quando o equivalente português mais adequado é «gostar muito de» ou «adorar». Por exemplo, <i>I love skating</i> corresponde mais corretamente a «Gosto muito de andar de patins» ou «Adoro andar de patins» do que a «Amo andar de patins».
<i>now</i>	Traduz-se em geral por «agora», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, «já!». Por exemplo, <i>If you have to subscribe, do it now!</i> corresponde mais corretamente a «Se tem de se inscrever, faça-o já!» do que a «Se tem de se inscrever, faça-o agora!».
<i>run</i>	Traduz-se em geral por «corre!», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, «foge!».
<i>to be proud of</i>	Traduz-se, as mais das vezes, por «estar orgulhoso(a) de», quando o tradicional em português é «ter orgulho em». Por exemplo, <i>Mamma would be proud of you</i> corresponde mais corretamente a «A mãe teria orgulho em ti» do que a «A mãe estaria orgulhosa de ti». Uma vez mais, a lei do menor esforço conduz a uma colagem acrítica ao inglês: figurando neste o verbo <i>to be</i> , o tradutor descarta o necessário distanciamento que lhe permitiria optar por uma fórmula mais condizente com a nossa maneira de exprimirmos a ideia.
<i>to be there</i>	Traduz-se, as mais das vezes, por «estar lá». Lá onde? É, de facto, pouco imaginativo traduzir por «Sempre que precisares, estarei lá» uma frase como <i>Whenever you need, I'll be there</i> . O que, na verdade, está em causa é a presença, física ou moral: «Sempre que precisares, estarei presente (poderás contar comigo)».
<i>to have no choice</i>	Traduz-se em geral por «não ter escolha», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, o vernáculo «não ter outro remédio» (o mesmo em relação a « <i>to have no option</i> », que se traduz negligentemente por «não ter opção»).
<i>to promise</i>	Traduz-se em geral por «prometer», quando o equivalente português mais adequado é, frequentemente, «garantir». Por exemplo, <i>I promise the weather will improve</i> corresponde mais corretamente a «Garanto que o tempo vai melhorar» do que a «Prometo que o tempo vai melhorar» (temerário será quem fizer promessas acerca de algo que nem a mais complexa tecnologia humana pode controlar).

Já os exemplos que se seguem integram-se num conceito de «tendências iníquas», pois a significação na língua de origem é deturpada:

<i>at the end of the day</i>	A tradução que cada vez mais se ouve e lê é «no final do dia», quando a mensagem que a expressão inglesa pretende transmitir é «em fim de contas (ao fim e ao cabo)».
<i>global/ globalisation</i>	Parece ter vindo para ficar a tradução destas palavras inglesas por «global» e «globalização», quando os equivalentes corretos em português são, respetivamente, «mundial (ou planetário)» e «mundialização». Trata-se de exemplos flagrantes de tradução com recurso a termos gráfica e foneticamente semelhantes mas cuja evolução semântica tornou diferentes no que toca ao significado. Os termos «global» e «globalização» não passam de uma tosca colagem ao inglês. O étimo inglês <i>global</i> nada tem a ver com o português «global» (para esta última aceção, a língua inglesa utiliza o termo <i>overall</i>). Em inglês, <i>global</i> significa <i>covering, influencing, or relating to the globe (that is, to the planet, to the whole world)</i> . Por exemplo, <i>global warming</i> não é «aquecimento global» (que, em português, se entende como «aquecimento geral»), mas sim «aquecimento do <u>globo</u> , aquecimento do <u>planeta</u> » (quando muito, «aquecimento geral do planeta», se bem que «geral» já seja um acrescento que se afasta do original). Mas este erro de interpretação enraizou-se por tal forma que, embora iníquo, hesito em continuar a considerá-lo uma «tendência».
<i>highway</i>	Um dos erros mais comuns. O termo é traduzido, em geral, por «autoestrada», quando significa, simplesmente, uma «estrada» (de alguma importância, por contraposição a vias locais ou caminhos vicinais). O erro é mais flagrante e condenável em legendas de filmes, pois bastaria ao(à) tradutor(a) olhar para a imagem a fim de se aperceber de que não está lá nenhuma <i>motorway</i> .

jorge.mendes909@gmail.com



A tática do morcego

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Prelúdio

Carlos Caszely, ex-jogador de futebol chileno, chamava «a tática do morcego» ao «sistema» que consistia em «pendurar» na barra da baliza os onze jogadores da equipa de modo a defendê-la do adversário.

A) Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018 que aprova as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030⁽¹⁾

Lê-se num dos considerandos:

Torna-se, agora, necessária a definição de uma estratégia nacional com vista a gerar maior competitividade da economia portuguesa e a inserção das empresas em cadeias internacionais, nomeadamente através do aumento da despesa privada em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e maior seletividade da despesa pública, da valorização do emprego, qualificado e científico, da intensificação da colaboração entre empresas, especialmente pequenas e médias empresas (PME), e infraestruturas científicas e tecnológicas, do incentivo à aplicação dos resultados de atividades de I&D em novos produtos, processos, modelos organizacionais ou marketing e direcionando-os ao mercado, da promoção do empreendedorismo de base tecnológica e reforço de incentivos, e ainda da

participação de empresas e redes em dinâmicas internacionais de forma a assegurar a disseminação dos resultados científicos e empresariais.

Observação:

Desculpem repetir-me: mas ainda mais um exemplo de extensos parágrafos, estilo várias avenidas dos Aliados, sem um único ponto de paragem, o que é manifestamente ruim para um ser valetudinário. Até porque uma «nota de elegância», como se disse quando foram inaugurados os Grandes Armazéns de Grandella & Comp.^a, não fica mal em textos... burocráticos. Pode ser que tudo o que se diz naquele parágrafo possa ser reduzido a uma expressão mais simples... sabendo-se, como se sabe, que a loquacidade — salvo o devido respeito — inquina muita da legislação não só UE como nacional. Ou seja: como já tem sido, de balde, reiteradamente assinalado (c'um escafandro, que já me estou a passar!) deve-se sempre dizer tudo por menos, ou seja, fazer mais por menos. É que se corre o risco de um sujeito, à partida entediado com a vida e com este aparente regredir na redação — tipo comboio de Chelas — abandonar a leitura de semelhante texto antes mesmo de a iniciar...

B) Antes de encarrilar na sequência, oiçam lá isto, que merece:

- «Tis the last rose of summer» — Renée Fleming⁽²⁾;
- «Lascia ch'io pianga» — Renée Fleming⁽³⁾;
- «Vltava» — Bedřich Smetana⁽⁴⁾.

C) Acordo entre a União Europeia e a Islândia sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020⁽⁵⁾

Lê-se no artigo 4.º:

Respeito pelo princípio relativo aos conflitos de interesses

Os intervenientes financeiros e pessoas envolvidas na execução, gestão (incluindo atos preparatórios), auditoria ou controlo do orçamento no território da Islândia estão proibidos de empreender qualquer ação suscetível de colocar os seus próprios interesses em conflito com os da União.

Observação:

Cá pra mim isto ficava assim mais airoso (nos segmentos sublinhados):

Aos intervenientes financeiros e pessoas envolvidas na execução, gestão (incluindo atos preparatórios), auditoria ou controlo do orçamento no território da Islândia estão vedados atos suscetíveis de colocar os seus próprios interesses em conflito com os da União.

E lê-se no artigo 5.º:

(...) Após a conclusão dessas formalidades, e a pedido da Comissão, esta última pode proceder à execução nos termos da legislação nacional, recorrendo diretamente à autoridade competente.

Observação:

Este «e a pedido da Comissão» parece um pouco arrevesado... cotejando até com outras versões linguísticas. Eu poria assim (sublinhado):

Concluídas essas formalidades a requerimento da Comissão, pode esta proceder à execução nos termos da legislação nacional, recorrendo diretamente à autoridade competente.

Dispõe o artigo 8.º:

Tribunal de Contas

Nos termos do artigo 287.º, n.º 3, do TFUE e da Primeira Parte, Título X, Capítulo 1, do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012, o Tribunal de Contas dispõe da possibilidade de realizar auditorias nas instalações de qualquer organismo (...).

Observação:

Este «dispõe da possibilidade de realizar» parece-me algo encardido. Porque não dizer simplesmente **pode realizar**? E ficam as contas saldadas!

Ainda nesse artigo 8.º:

(...) Esses organismos ou serviços darão a conhecer ao Tribunal de Contas a intenção de participar na auditoria.

Observação:

«darão a conhecer ao»: melhor — «comunicam». Deixem-se dessas coisas!

*

Breve e final interrupção

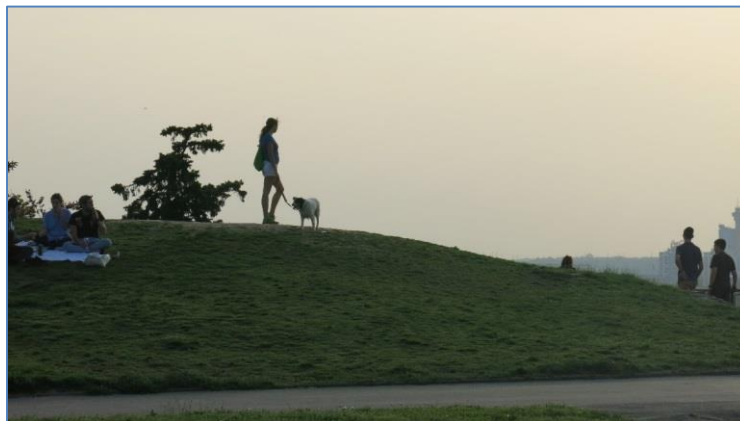
A gíria do futebol.⁽⁶⁾

Vi recentemente um *passé de letra* ou *rabona*⁽⁷⁾. Espetacular!

E ainda a propósito da tática do morcego: tentem não repetir opções de redação, que mais não são do que defesa extrema de dizeres menos corretos do passado, obviando a que novas escolhas possam alindar os textos, sem os fracar. Ou seja: por vezes os nossos tradutores (e redatores de originais) penduram-se de frases e termos feitos que poderiam ser substituídos com vantagem.

*

E, concluindo, imagem de Belgrado, tarde de abril de 2018, fortaleza/parque de Kalemegdan: «Cadela com *senhora e trela*».



luis.f.sabino@gmail.com

⁽¹⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, *Diário da República*, I série, n.º 48, de 8 de março de 2018, <http://data.dre.pt/eli/resolconsmin/25/2018/03/08/p/dre/pt/html>.

⁽²⁾ Da ópera *Martha* de F. von Flotow — YouTube, *Renée Fleming — Tis the Last Rose of Summer*, napat14, <https://www.youtube.com/watch?v=OzYUvAytrgI>.

⁽³⁾ Da ópera *Rinaldo* de G. F. Handel — Wikipédia, *Georg Friedrich Händel*,

https://de.wikipedia.org/wiki/Georg_Friedrich_H%C3%A4ndel; YouTube, *Renée Fleming — Lascia ch'io pianga*, napat14, <https://www.youtube.com/watch?v=LjycNVMTmeU&list=RDLjycNVMTmeU>.

⁽⁴⁾ Bedřich Smetana: compositor checo (1824-1884) — YouTube, *Smetana: Vltava (The Moldau) / Urbański Berliner Philharmoniker*, Berliner Philharmoniker, <https://youtu.be/JcDzRjMIDvo>.

⁽⁵⁾ Acordo entre a União Europeia e a Islândia, JO L 72 de 15.3.2018, [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22018A0315\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22018A0315(01)).

⁽⁶⁾ Ciberdúvidas, «O futebol falado diferentemente no Brasil e em Portugal», <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/o-futebol-falado-diferentemente-no-brasil-e-em-portugal/2973>; Professor Feijó, *Professor Feijó: Um Blog do Sul, da Bola e das Letras*, «Termos do Futebol em Portugal», <http://professorfeijo.blogspot.pt/2007/03/termos-do-futebol-em-portugal.html>;

Ribeiro, S. N., «A Linguagem do Futebol no Brasil e em Portugal», Centro Filológico Clóvis Monteiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, *Idioma*, n.º 21, Ano XX, Rio de Janeiro, 1.º e 2.º semestres de 2001, p. 14-18, <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/21/idioma21.pdf>;

Desportosonline: Tudo sobre desporto, *Os dez termos mais usados na gíria futebolística*, <http://www.desportosonline.com/2016/04/28/os-dez-termos-mais-usados-na-giria-futebolistica/>.

⁽⁷⁾ Wikipédia, *Rabona*, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rabona>; *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, «rabona», <https://www.priberam.pt/dlpo/rabona>.



A Suazilândia não é problema

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A comunicação social divulgou, recentemente, que o rei da Suazilândia, Mswati III, tinha decretado a mudança do nome do seu país para «eSwatini», palavra que significa «país dos suátis». A renúncia a *Swaziland* visaria, entre outros fins, evitar a confusão com *Switzerland*.

Em português, não parece curial proceder a qualquer alteração. Em primeiro lugar, é risível o risco de um lusofalante confundir a Suazilândia com a Suíça. Em segundo lugar, a toponímia varia consoante as línguas: do mesmo modo que dizemos «Áustria» e não *Österreich*, que não preterimos a Finlândia a favor de *Suomi* e que não nos passa pela cabeça substituir a China por *Zhōngguó*, poderemos manter o tradicional nome português daquele reino africano agora rebatizado. Entre meados da década de 1950 e princípios da de 1960, era eu miúdo na Namaacha, a localidade por onde se passa de Moçambique para o país cujo nome estamos a discutir, já ouvia falar na Suazilândia e nos suázis (aliás, suázi era a mulher que ajudou a minha mãe a criar-nos).

Pode, porém, suscitar-se uma dúvida: porquê «Suazilândia», se os seus habitantes se autodesignam «suátis»? Não seria mais lógico chamar-lhe «Suatilândia»?

A explicação — que, aí por 1970, me deu o Polycarp Dlamini, colega de grata memória na Universidade de Lourenço Marques — é a seguinte: *swazi* (ou, em português, «suázi») é a designação daquela etnia na língua dos zulus, povo seu vizinho e parente na zona oriental da África do Sul. E foi a variante zulo que, por razões diversas (sem particular interesse para a questão), se internacionalizou por intermédio do inglês. Assim nasceram e se conservaram até hoje as palavras portuguesas «Suazilândia» e «suázi(s)», ainda que na sua origem jaza um equívoco.

Ora, equívocos destes têm antecedentes:

Desde logo, a «Alemanha», cujo nome mais correto seria «Germânia», senão mesmo «Teutolândia» («terra dos *teutões*»; note-se o parentesco com o étimo *deutsch*). Na sua *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto utilizou o gentílico «tudesco», igualmente derivado de *deutsch*, aparentado com o italiano *tedesco* e mais abrangente do que «alemão». Com efeito, o termo «Alemanha» deriva de *Allemannen*

ou *Allamannen* (em português, «alamanos»), um povo germânico da Antiguidade que muito atormentou os romanos com as suas «barbaridades» e que, no século V, ocupava a *Alamannia* (*Alemannia*), sensivelmente correspondente ao sul da atual Alemanha, à Alsácia, à Suíça «alemã» e à Áustria. Os naturais de Berlim ou de Hamburgo não se reveem na designação *Allemannen*. E note-se que poucos idiomas caíram neste «erro»: à parte o português, ocorrem-me o francês (*Allemagne*), o espanhol (*Alemania*), o catalão (*Alemanya*), o turco (*Almanya*) e, talvez, algum outro que destes (designadamente do francês) tenha importado o topónimo. É possível que a origem do termo português «Alemanha» remonte ao francês.

Há também o caso da «Grécia», cuja designação mais «natural» seria «Helénia» (do grego *Ελλάς* ou *Ελλάδα*), o país dos «helenos» (*Ἕλληνες*). No entanto, para este país e para os seus nacionais adotámos igualmente as designações que lhes dava outro povo: o nome «Grécia» e o correspondente gentílico, «gregos», derivam do latim *Graecia*, *Graeci*.

E que dizer do «Sacartvelo» e do «Haiastão»? Estes seriam os aportuguesamentos mais prováveis dos nomes que os habitantes da Geórgia e da Arménia, respetivamente, dão aos seus países. «Geórgia» provém do persa antigo *Gurğ* (note-se a versão russa *Grúzia*), e está-lhe associado o gentílico «georgiano» (igualmente do persa *gurğān*). Quanto ao exónimo «Arménia», parece derivar de *Armina*, nome que figura na Inscrição de Beistum⁽¹⁾. Em ambos os casos, o português, tal como a maioria das línguas europeias, contornou as designações que os naturais desses dois países lhes davam.

Por último, o país a que chamamos «China». Este nome, divulgámo-lo nós, portugueses, no Ocidente, em adaptação do persa *Chīn*, talvez com origem no sânscrito *Cīna*. Ora, em mandarim, sua língua oficial, chama-se *Zhōngguó*.

Concluo esta dissertação voltando à questão central: independentemente de como os **suázis** designem o seu país, não deve haver problema em mantermos a **Suazilândia**.

jorge.mendes909@gmail.com

⁽¹⁾ Inscrição pétrea do século V a.C., situada no atual Iraque e expressa em três línguas e três alfabetos (persa antigo, elamita e babilónio), que permitiu decifrar a escrita cuneiforme (tal como a Pedra de Roseta, igualmente multilíngue, permitira decifrar a escrita hieroglífica egípcia).



OmegaT na DGT, Wizard, Tagwipe e TeamBase: Documentação

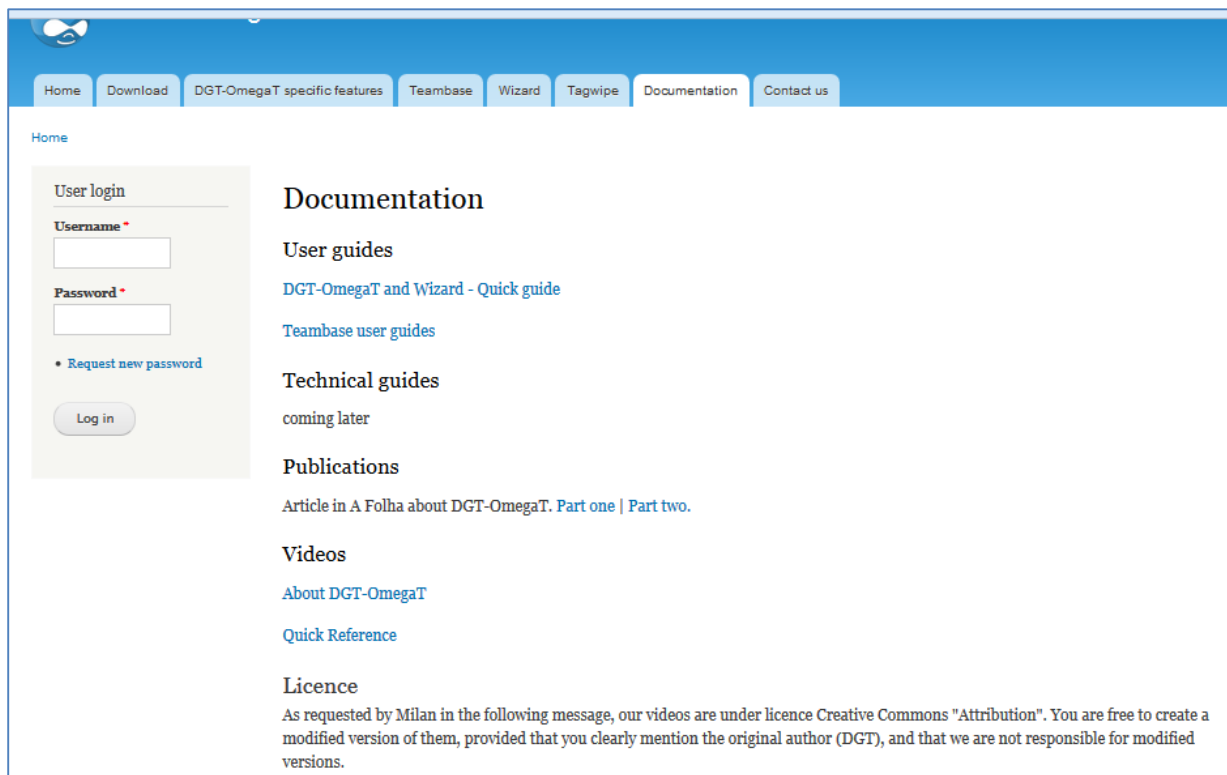
*Maria José Bellino Machado; Hilário Leal Fontes
Thomas Cordonnier; Elio Fedele; Fons De Vuyst
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia*

[versão inglesa deste texto — http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha56_otd_en.pdf]

1. Introdução

Em artigos anteriores em «a folha» publicados em 2017⁽¹⁾, foi apresentada a utilização da ferramenta de tradução assistida por computador OmegaT⁽²⁾ com informações sobre as funções novas ou alteradas/melhoradas na versão interna do OmegaT. Por razões de simplicidade, chamamos a essa versão DGT-OmegaT. Foi disponibilizada como *software* livre e de código aberto pela Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia.

Neste pequeno artigo, gostaríamos de chamar a atenção para a documentação disponível no sítio Web do DGT-OmegaT⁽³⁾, para além da informação nas secções do sítio Web.



2. Vídeos

Publicámos recentemente dois vídeos que podem também ser úteis para os utilizadores fora da DGT.

2.1 Vídeo: «About DGT-OmegaT, Wizard, Tagwipe and TeamBase» (3,35 minutos — em inglês)

Este vídeo explica o que é o DGT-OmegaT e as aplicações associadas, salientando que:

- a) Embora seja uma bifurcação do Omega-T *standard*, o DGT-OmegaT é basicamente o mesmo e foi mantida a compatibilidade fundamental entre ambos. Por conseguinte, um projeto pode ser criado quer no DGT-OmegaT — diretamente ou através do Assistente de Projetos do DGT-OmegaT — quer no OmegaT *standard* e ser utilizado em qualquer deles. No entanto, as funções acrescentadas ou alteradas no DGT-OmegaT não estarão disponíveis no OmegaT *standard*.
- b) Na versão livre e de código aberto do DGT-OmegaT, quase todas as funções e todas as aplicações associadas podem ser utilizadas fora do ambiente de trabalho da DGT. No entanto, algumas implicarão a definição de alguns parâmetros ou algum trabalho. É esse o caso do Assistente, da TeamBase e da função *View Other Target Languages* (Consulta de outras línguas de chegada).

Congratulamo-nos com o facto de algumas funções do DGT-OmegaT e aplicações associadas serem consideradas de interesse por utilizadores e programadores/contribuidores do OmegaT *standard* — nomeadamente Michael Brennen, Marco Cevoli, Milan Condak, Kos Ivantsov, Konstantin, Briac Pilpré, Marc Prior — e de o Tagwipe ter sido recentemente incluído no OmegaT *standard* como um *script*.

No verdadeiro espírito do *software* livre e de código aberto, é um prazer sentirmos que não estamos apenas a utilizar o trabalho desenvolvido por tantos entusiastas do OmegaT, mas que também damos o nosso contributo!

2.2 Vídeo: «Quick Reference — DGT-OmegaT, its Wizard and TeamBase» (42 minutos — em inglês)

O objetivo deste vídeo é duplo. Em primeiro lugar, apresentar informação essencial sobre a utilização do DGT-OmegaT e aplicações associadas para criar, traduzir, partilhar memórias em tempo real, rever e finalizar um projeto com um ou mais documentos, dando uma visão panorâmica de todo o fluxo de trabalho e do tipo de funções disponíveis.

Em segundo lugar, uma vez que há muitos vídeos na Internet apresentando as funções do OmegaT de forma pormenorizada, neste vídeo destacamos as funções novas/adaptadas/melhoradas do DGT-OmegaT para que os utilizadores possam ver facilmente se lhes interessa instalá-lo/utilizá-lo.

Neste vídeo:















Indica novas características do DGT-OmegaT.



Indica funções do OmegaT que foram melhoradas/adaptadas.

	Número	Função	Aplicação
	1	Criar um projeto multidocumentos	Assistente DGT-OT e Tagwipe
	2	Documentos num projeto	DGT-OT
	3	Estatísticas — Estatísticas de correspondências (por ficheiro)	DGT-OT
	4	Editor — Correspondências	DGT-OT
	5	Memórias externas	DGT-OT
	6	Tradução automática	DGT-OT
	7	Formatação — Etiquetas de formatação	DGT OT
	8	Opções de comportamento do Editor	DGT OT
	9	Segmentos não únicos [repetidos] — Traduções alternativas	DGT OT
	10	Notas	DGT OT
	11	Teambase — Partilhar memórias em tempo real	Teambase
	12	Autopovoar (pré-traduzir) um projeto	DGT OT
	13	Atualizar um projeto	Assistente DGT-OT e Tagwipe
	14	Ver ficheiro de partida	DGT-OT
	15	Ver ficheiro de chegada	DGT-OT
	16	Consulta de outras línguas de chegada	DGT-OT
	17	Acesso a Docfinder — IATE — EURAMIS — QUEST	DGT-OT
	18	Pesquisa no projeto	DGT-OT
	19	Pesquisa — Filtro	DGT-OT
	20	Pesquisa e substituição	DGT-OT
	21	Pesquisa e pré-tradução	DGT-OT
	22	Pesquisa — Documentos monolingues	DGT-OT
	23	Glossários	DGT-OT
	24	Autocompletar	DGT-OT
	25	Validação de etiquetas de formatação	DGT-OT
	26	Controlo da qualidade	DGT-OT
	27	Corretor ortográfico	DGT-OT

	28	Criar documentos traduzidos	DGT-OT
	29	Enviar documentos traduzidos para o TraDesk	Assistente DGT-OT
	30	Enviar para o Euramis as memórias de documentos traduzidos	Assistente DGT-OT
	31	Fluxo de trabalho de revisão	Assistente DGT-OT
	32	Tradutor — Enviar a totalidade do projeto para revisão	Assistente DGT-OT
	33	Tradutor — Enviar parte do projeto para revisão	Assistente DGT-OT
	34	Revisor — Importar o projeto para revisão	Assistente DGT-OT
	35	Revisor — Rever em DGT-OT	DGT-OT
	36	Revisor — Enviar o projeto revisto	Assistente DGT-OT
	37	Tradutor — Importar o projeto revisto	Assistente DGT-OT
	38	Tradutor — Verificar os segmentos revistos e alterados	DGT-OT
	39	Preferências: Configuração, tamanho e tipo de letra e personalização das cores	DGT-OT

3. Guias do utilizador

No sítio Web do DGT-OmegaT está disponível informação sobre as funções novas e adaptadas/melhoradas do DGT-OmegaT, bem como sobre as aplicações associadas.

Os guias internos do DGT-OmegaT e os guias públicos estão disponíveis através do Assistente DGT-OmegaT.

No entanto, os utilizadores podem querer saber mais sem ter de instalar o Assistente. Por isso, incluímos, na secção Documentação, dois guias para além dos vídeos já referidos.

3.1 «Quick Guide — DGT-OmegaT, its Wizard and TeamBase» (em inglês)

Este guia apresenta informações gerais sobre todo o fluxo de trabalho da DGT utilizando o DGT-OmegaT e as aplicações associadas, e a sua Secção 0 — *Quick Reference* — serviu de base para o vídeo supramencionado.

Gostaríamos de agradecer aos colegas dos Departamentos de Língua Portuguesa e Grega o seu interesse, comentários e perguntas, que nos permitiram identificar o que é mais importante para (novos) utilizadores no nosso ambiente de trabalho e, especialmente, Stratos Meintanopoulos, Helena Lopes dos Santos, Anabela Pombo Rodrigues, Cristina Camarão e Mário Vilar.

3.2 Tutorial sobre TeamBase (em inglês)

A TeamBase é a aplicação associada que exige mais trabalho para ser utilizada fora da DGT. Num artigo anterior, fizemos uma breve apresentação, mas visto que é uma ferramenta complexa que implica componentes cliente e servidor, foi difícil fazer uma apresentação sucinta. Finalmente, optámos por incluir uma versão mais longa no sítio Web do projeto TeamBase⁽⁴⁾.

O tutorial contém algumas partes comuns com o artigo anterior, mas também algumas ligações sobre aspetos que não foram tratados no artigo, como tutoriais sobre a componente servidor ou a utilização com o Studio da SDL Trados.

The screenshot shows the Silvestris Laboratory website. At the top left is the logo 'Silvestris Laboratory'. On the right, there are fields for 'Username' and 'Password', a 'Request new password' link, and a 'Log In' button. Below the header is a navigation menu with links for 'Home', 'Projects', 'License', 'Forum', and 'FAQ'. The main content area features the article title 'Cyclotis for OmegaT in 5 minutes' in blue. The article text discusses project memory sharing and translation memory sharing. A code block is shown with the following content:

```

Cyclotis
<segment 0001>

Sometimes a translation work has to be divided between more than one translator: either because it is too big, or because it is urgent.

Cutting the file in two or more parts and giving each part to a different translator is more or less like working without translation memories: you have less ways to ensure that the translations are coherent.

OmegaT already provides a solution for this: the team project feature, based on tools normally designed for development, actually Git and Subversion.

But this solution has some disadvantages which we will progressively describe in this article.

You may also find disadvantages in our solution: we do not say the contrary, if you have suggestions please do them and we will study whenever it is possible to make TeamBase even better.

```

Below the code block, the text continues: 'For the simplicity of the example, so that you can see the result immediately if you do the test, we will say that the first translator has responsibility for the 4 first segments, and second translator will do the rest of the work. Of course, in real word, the work should be better divided!'

4. Trabalho em curso

Como a interoperabilidade entre as duas ferramentas de tradução assistida por computador utilizadas na DGT é importante para nós, estamos a trabalhar na utilização de ficheiros sdlxliff no DGT-OmegaT e na sua integração no nosso fluxo de trabalho. Este será o tema de um artigo num futuro próximo!

Maria.Machado@ec.europa.eu
Thomas.Cordonnier@ext.ec.europa.eu
Hilario.Fontes@ec.europa.eu

⁽¹⁾ «Software livre e de código aberto: OmegaT na DGT, Wizard, Tagwipe e TeamBase (parte 1)», in «a folha», n.º 54 — verão de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha54_pt.pdf.

e «Software livre e de código aberto: OmegaT na DGT, Wizard, Tagwipe e TeamBase (parte 2)», in «a folha», n.º 55 — outono de 2017, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha55_pt.pdf.

⁽²⁾ OmegaT, <http://omegat.org/>.

⁽³⁾ DGT-OmegaT, Documentation, <http://185.13.37.79/?q=node/36>.

⁽⁴⁾ Silvestris Laboratory, Cyclotis for OmegaT in 5 minutes, <http://www.silvestris-lab.org/node/56>.



Notas sobre línguas, topónimos e ortografia de Cabo Verde

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

«Éra un bés un prispinhu ki ta bibeba na un planéta ka mutu más gránda k-el, ki mesteba un amigu...»
Pa ken ki ta ntendi di kusas di bida, si ta parseba más di mé di véra.⁽¹⁾

«Era uma vez um príncipezinho que habitava um planeta pouco maior do que ele, e tinha necessidade de um amigo...» Para aqueles que compreendem a vida, isto pareceria muito mais autêntico.⁽²⁾

Línguas de Cabo Verde

A situação linguística em Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: o Português é língua oficial e internacional e o Cabo-verdiano (ou o Crioulo) é língua nacional e materna.⁽³⁾

Em Cabo Verde, para além da língua oficial (o português), fala-se a **língua nacional**, o cabo-verdiano ou crioulo (*kriolu*), um crioulo de base portuguesa, com as suas variantes internas, específicas de cada ilha, resultantes dos diferentes períodos de povoamento e dos diferentes povoadores envolvidos — portugueses e africanos de língua do grupo mandé (ou mandê).

O crioulo cabo-verdiano faz parte do grupo de crioulos de base portuguesa da Alta Guiné. Outros crioulos deste grupo são o crioulo da Guiné-Bissau, e a sua variante o crioulo de Casamansa (ou crioulo de Ziguinchor⁽⁴⁾). As variantes do crioulo cabo-verdiano podem agrupar-se em crioulos do Barlavento (a norte) e crioulos do Sotavento (a sul), estes últimos os de mais marcada influência africana. Por exemplo, no crioulo a negação é feita com a partícula *ka*, que se encontra também nas línguas do grupo mandé (ou no crioulo da Guiné-Bissau e Casamansa), mas nas ilhas de Barlavento utiliza-se também a partícula *n'*.

Êl kâ tâ cudí-m'. Ele não me responde.

Êl n' dá c'dí-m'. Ele não me responde.

ISO 639-3	glossónimo etnónimo			%	outros países	IATE
	pt	kea	outras var.			
kea	cabo-verdiano crioulo	<i>kabuverdianu</i> <i>kriolu</i>	<i>berdiánu</i>		diáspora	3575735
	cabo-verdiano(s)	<i>kabuverdianu(s)</i>			diáspora	1891787

Ortografia do cabo-verdiano

É aprovado, a título experimental, o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana (o Crioulo), adiante designado ALUPEC, cujas Bases são publicadas em anexo ao presente diploma.⁽³⁾

Para a padronização do crioulo cabo-verdiano foi criado um alfabeto unificado, o ALUPEC, com muitos aspetos comuns com o alfabeto português, mas que se rege pelo princípio fonológico, traduzido na relação biunívoca entre o fonema e o grafema, na medida em que cada letra representa sistematicamente um fonema e vice-versa⁽³⁾.

Pa gentis ki dja konxe ortugrafia di purtugês di Purtugal, é faxi prende ortugrafia ALUPEC, pamódi es é similar. Diferénsa inportanti ki meste lénbra, na ALUPEC, é ki kada létra ten sô un son y kada son ten sô un létra⁽⁵⁾

Alguns exemplos comparativos da ortografia portuguesa e da ALUPEC⁽⁶⁾:

casa — *kaza* («k» em vez de «c» e «z» em vez de «s»)
 quarto — *kuartu* («k» em vez de «qu» e «u» em vez de «o»)
 hoje — *oji* («h» é suprimido e «i» em vez de «e»)
 anexo — *aneksu* («ks» em vez de «x» e «u» em vez de «o»)
 ginástica — *jinástika* («j» em vez de «g» e «k» em vez de «c»)
 chave — *xavi* («x» em vez de «ch» e «i» em vez de «e»)
 assunto — *asuntu* («s» em vez de «ss» e «u» em vez de «o»)
 aço — *asu* («s» em vez de «ç» e «u» em vez de «o»)
 próximo — *prósimu* («s» em vez de «x» e «u» em vez de «o»)
 matriz — *matris* («s» em vez de «z»)

Tal como no português, a acentuação gráfica é utilizada, quando necessário, para assinalar a sílaba tónica, mas também para assinalar vogais abertas (acento agudo) ou fechadas (acento circunflexo).

O alfabeto unificado deve acomodar ainda as diferentes variantes do crioulo, nomeadamente a de Santiago (maioritária a nível nacional) e a de São Vicente (a mais importante nas ilhas do Barlavento). Em anexo a este artigo inclui-se uma tabela com o alfabeto ALUPEC.

No entanto, a não obrigatoriedade do uso do ALUPEC leva a que seja ainda comum encontrar grafias híbridas português-crioulo, reveladoras da influência da etimologia portuguesa⁽⁷⁾. Exemplo (a sublinhado soluções híbridas):

Hoji capital manchê ku tchuba e águ ta kóri pa tudu ladu — kês alguém ki tem kasa ô loja djuntu passeiu labanta ta trá águ di porta pamódi: ô katém buêru pa águ skóri ô buêru stá intupidu.⁽⁸⁾

Ortografia do português cabo-verdiano

A publicação do *Vocabulário Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa* — VOCALP — representa um momento fundamental para a comunidade educativa e para todos os usuários da língua portuguesa em Cabo Verde. Conta com um total de mais de 40 mil entradas, sendo mais de 500 específicas da variedade cabo-verdiana da língua portuguesa. Essas formas constavam de textos literários, escritos, crónicas, textos emanados de organismos oficiais e materiais lexicográficos produzidos em Cabo Verde. Este vocabulário nacional foi executado por uma equipa nacional sediada na Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e encontra-se agora integrado no *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, da responsabilidade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A sua construção obedeceu a uma metodologia consensualmente determinada entre os estados-membros e tecnicamente dirigida por uma equipa internacional de especialistas.⁽⁹⁾

O *Vocabulário Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa* (VOCALP) fixa a ortografia oficial do português cabo-verdiano, coincidente ou convivendo com outras ortografias possíveis no espaço da lusofonia.

Alguns exemplos de palavras do português de Cabo Verde e da lusofonia em geral com origem no crioulo (a negrito a ortografia VOCALP). A mesma palavra duas ortografias — a portuguesa e a crioula.

pt	kea		pt	kea	
badio	<i>badiu</i>	da ilha de Santiago	morabe	<i>morabe</i> ⁽¹⁰⁾	amável, afável
crecheu cretcheu	<i>kretxeu</i> ⁽¹¹⁾	querido	morabeza	<i>morabeza</i>	amabilidade, afabilidade
cachupa catchupa	<i>katxupa</i>	prato tradicional	runho	<i>runhu</i>	mau, zangado
coladeira	<i>koladéra</i>	música tradicional	sampajudo sampadjudo	<i>sampadjúdu</i>	

Toponímia cabo-verdiana

Na toponímia, as fontes oficiais cabo-verdianas utilizam quase exclusivamente as regras ortográficas do português e não as regras ortográficas próprias do cabo-verdiano.

No quadro seguinte, apresentam-se os nomes das nove ilhas habitadas de Cabo Verde, de norte para sul e de oeste para leste, e as respetivas «capitais» e gentílicos insulares. Além da ortografia em português, indica-se para as ilhas ortografias ALUPEC.

ISO 3166	ilha		maior centro urbano	gentílico	IATE
CV-	pt	kea	pt		
B	Barlavento	Barlaventu	Mindelo	barlaventino	
	Santo Antão	Santu Anton Santanton	Porto Novo	santantonense	
	São Vicente	Son Visenti Sanvisenti	Mindelo	são-vicentino	
	São Nicolau	Son Niklau Saniklau	Ribeira Brava	são-nicolauense	
	Sal	Sal	Espargos	salense	
	Boa Vista	Boavista	Sal Rei	boa-vistense	
S	Sotavento	Sotaventu	Praia	sotaventino	
	Brava	Braba	Nova Sintra	bravense	
	Fogo	Fógu Fogu	São Filipe	foguense	
	Santiago	Santiágu Santiago	Praia	santiaguense	
	Maio	Máiu Mai	Maio	maiense	

Paulo.Correia@ec.europa.eu

Anexo: alfabeto ALUPEC

O Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano (ALUPEC) compõe-se de vinte e três letras e quatro dígrafos na seguinte ordem de apresentação:

A B D DJ E F G H I J K L L H M N N H Ñ O P R S T TX U V X Z

A letra Y, embora não incluída no alfabeto, é utilizada exclusivamente para representar a conjunção copulativa (correspondente a «e» em português).

letra	equivalente português	fonética ⁽¹²⁾	palavra em crioulo	«transliteração»
A a	a	/a/ /ɐ/	<i>áltu</i> (alto) <i>cabâ</i> (acabar)	alto caba
B b	b	/b/	<i>bô</i> (tu)	bô
D d	d	/d/	<i>dédu</i> (dedo)	dedo
DJ dj	dj	/dʒ/	<i>fidju</i> (filho)	fidjo
E e	e	/e/ /ɛ/	<i>denti</i> (dente) <i>dédu</i> (dedo)	denti dedo
F f	f	/f/	<i>fríu</i> (frio)	frio
G g	g ou gu (antes de e e i)	/g/	<i>grogu</i> (grogue)	grogó
H h		—	<i>nha</i> (meu)	nha
I i	i	/i/ /j/	<i>irmon</i> (irmão) <i>báí</i> (ir)	irmom bai

J j	j	/ʒ/	<i>jenti</i> (gente)	jenti
K k	c	/k/	<i>kâ</i> (não)	ka
L l	l	/l/	<i>ladera</i> (ladeira)	ladera
LH lh	lh	/ʎ/	<i>ilha</i> (ilha)	ilha
M m	m	/m/	<i>mininu</i> (menino)	minino
N n	n	/n/	<i>nos</i> (nós)	
NH nh	nh	/ɲ/	<i>nha</i> (meu)	nha
Ñ ñ	<i>nh</i> galego (<i>unha</i> = uma)	/ɲ/	<i>ñanhi</i> (mordiscar)	nanhi
O o	o	/o/ /ɔ/	<i>odju</i> (olho) <i>ómi</i> (homem)	odjo omi
P p	p	/p/	<i>puêra</i> (pó)	puera
R r	r	/r/ /ʀ/	<i>katorzi</i> (catorze) <i>rótxa</i> (rocha)	katorzi rotxa
S s	s ou ss (entre vogais)	/s/	<i>strêla</i> (estrela)	strela
T t	t	/t/	<i>tanbê</i> (também)	tambe
TX tx	tch	/tʃ/	<i>txuba</i> (chuva)	txuba
U u	u	/u/ /w/	<i>un</i> (um) <i>sêu</i> (céu)	um ceo
V v	v	/v/	<i>verdi</i> (verde)	verdi
X x	x ou ch	/ʃ/	<i>xikra</i> (xícara)	xikra
Z z	z	/z/	<i>izami</i> (exame)	izami

(1) Saint-Exupéry, A. de, *O Príncipezinho*, trad. F. Vale, Relógio D'Água Editores, 2015, ISBN 978-989-641-503-7.

(2) Saint-Exupéry, A. de, *Prispinhu*, trad. N. Quint e A. Semedo, Tintenfaß, 2013, ISBN 978-3-943052-50-3.

(3) Decreto-Lei n.º 67/98 que aprova, a título experimental, o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana, *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, I série, n.º 48, 5.º suplemento, de 31 de dezembro de 1998, <http://alupec.kauberdi.org/pdf/decreto-lei-67-98.pdf>.

(4) Ziguinchor, capital da Casamansa, região cedida pelos portugueses aos franceses, em 1886.

(5) Asosiason Kabuverdianu pa Traduson di Bíblia, *Uns djuda pa lê ortugrafia ALUPEC*, http://alupec.kauberdi.org/djuda_alupec.html.

(6) Montrond, A. A., «Alfabetu Kabuverdianu Instituidu pa Dikretu-Lei», *A Semana*, 27.5.2009, <http://www.asemana.publ.cv/?Alfabetu-Kabuverdianu-Instituidu-pa-Dikretu-Lei>.

(7) É interessante verificar uma tendência semelhante no português com a grafia de novas palavras com origem no inglês. Exemplo: *looks* (em vez de luques), *lasers* (em vez de lêiseres), *gays* (em vez de guêis), *sites* (em vez de saites) ou mesmo semiportuguesamentos como *icebergue* (em vez de aicebergue).

(8) Oliveira, V., «Azágua na Kabu Verdi: Tchuba na quasi tudu conselho di Santiagu», *PraiaFM*, 29.11.2009, <http://praiafm.sapo.cv/article/22945>.

(9) Monteiro, A. (coord.), *VOCALP: Vocabulário Ortográfico Cabo-Verdiano da Língua Portuguesa*, Praia: Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa, Universidade de Cabo Verde, 2017, <http://voc.cplp.org/index.php?action=von&csl=cv>.

(10) De «amorável».

(11) De «querer»+«cheio».

(12) Wikipédia, *Fonologia do crioulo cabo-verdiano*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_Unificado_para_a_Escrita_do_Cabo-Verdiano.



Estónia — ficha de país

Kai Gregori

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

REPÚBLICA DA ESTÓNIA (IATE: 861200)

CAPITAL: Taline

GENTÍLICO/ADJETIVO: estónio

MOEDA: euro

SUBDIVISÃO: cent⁽¹⁾

Principais cidades: Taline, Tartu
 Rios: Narva, Emajõgi, Võhandu, Pärnu, Põltsamaa, Pedja
 Lagos: Peipsi, Võrtsjärv
 Ilhas: Saaremaa, Hiiumaa, Vormsi, Muhu

Subdivisões administrativas

#	estónio	português	inglês	IATE
15	maakond ⁽²⁾	distrito	county	3553051
33	linn ⁽³⁾	cidade	town	3555530
194	vald	município rural	rural municipality	3553052

Fonte: Eurostat, *Nomenclature of territorial units for statistics: National Structures (EU)*,
<http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/national-structures-eu>.

Regiões

	EESTI	ESTÓNIA	ESTONIA	IATE
EE001	Põhja-Eesti	Estónia do Norte	Northern Estonia	2208137
EE004	Lääne-Eesti	Estónia Ocidental	Western Estonia	2208138
EE006	Kesk-Eesti	Estónia Central	Central Estonia	2208139
EE007	Kirde-Eesti	Estónia do Nordeste	Northeastern Estonia	2208142
EE008	Lõuna-Eesti	Estónia do Sul	Southern Estonia	2208140

Fonte: Serviço das Publicações, *Código de Redação Interinstitucional: Anexo 10 — Lista das Regiões*,
<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5001000.htm>;
 Eurostat, *Local Administrative Units (LAU)*,
<http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/local-administrative-units>.

Órgãos judiciais

#	estónio	português	inglês	IATE
2	halduskohus	tribunal administrativo	administrative court	3545764
4	maakohus	tribunal de comarca	county court	3545765
2	ringkonnakohus	tribunal de círculo	district court	3545766
1	Riigikohus	Supremo Tribunal	Supreme Court	3545767

Portal Europeu da Justiça, *Sistemas judiciais nos Estados-Membros — Estónia*,
https://e-justice.europa.eu/content_judicial_systems_in_member_states-16-ee-pt.do?member=1.

Kai.Gregori@ec.europa.eu
Paulo.Correia@ec.europa.eu

Anexo: Alfabeto estónio

O estónio é uma língua fino-úgrica, sendo o alfabeto estónio derivado do alfabeto latino, incluindo 27 caracteres:

A, B, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, R, S, Š, Z, Ž, T, U, V, Õ, Ä, Ö, Ü

Os caracteres F, Š, Z e Ž, designados «letras estrangeiras» (*võõrtähed*), são utilizados em empréstimos ou palavras estrangeiras, sobretudo nomes, adaptados ao estónio (por exemplo: *šokolaad* ou *žilett*).

Além destes, os caracteres C, Q, W, X e Y são utilizados em palavras estrangeiras, sobretudo nomes, mas não adaptados ao estónio. O alfabeto completo, incluindo estas últimas letras, tem 32 letras:

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, Š, Z, Ž, T, U, V, W, Õ, Ä, Ö, Ü, X, Y

Em estónio as vogais e algumas consoantes podem ser curtas, longas e extralongas. Por exemplo: *koli* (tralha) — /o/ curto; *kooli* (da escola) — /o/ longo; *kooli* (para a escola) — /o/ extralongo; *kala* (peixe) — /l/ curto; *salli* (genitivo de cachecol) — /l/ longo; *salli* (partitivo de cachecol) — /l/ extralongo.

letra estónia	fonética (AFI)	equivalente português	nome estónio	«transliteração»
A a	/a:/	aprox. a (em alto) en: a (em half)	aasta (ano)	asta
B b	/p/	p (em pato)	banaan (banana)	panane
C c	/ts/			
D d	/t/	t (em tudo)	detsember (dezembro)	tetsemper
E e	/e/	e (em pelo)	eesel (burro)	essel
F f	/f/	f (em faca)	faas (fase)	fass
G g	/k/	c (em casa)	geen (gene)	guene
H h	/h/	aprox. rr (em carro) fr: h (em hop!)	hirv (veado)	rirv
I i	/i/	i (em vida)	ilves (lince)	ilvess
J j	/j/	i (em ceia)	jää (gelo)	ia
K k	/k/ ou /k:/	c (em casa)	kohus (tribunal)	korruss
L l	/l/	l (em lua)	linn (cidade)	lin
M m	/m/	m (em morte)	maa (terra)	ma
N n	/n/	n (em nada)	nisu (trigo)	nissu
O o	/o/	o (em morto)	oktoober (outubro)	oktooper
P p	/p/ ou /p:/	p (em pato)	pank (banco)	pank
Q q	/k/			
R r	/r/	r (em caro)	rott (rato)	rot
S s	/s/	ss (em osso)	sõna (palavra)	sana
Š š	/ʃ/	x (em xá)	šokolaad (chocolate)	xokolat
Z z	/z/	z (em zebra)	zett (zê)	zet
Ž ž	/ʒ/	j (em jeito)	žanr (género)	janr
T t	/t/ ou /t:/	t (em tudo)	tuhat (mil)	turrat
U u	/u/	u (em uma)	uks (porta)	uks
V v	/v/	v (em vaca)	veri (sangue)	veri
W w	/v/			
Õ õ	/s/	a (em casa)	õlu (cerveja)	alu
Ä ä	/æ/	aprox. e (em pedra) en: a (em cat)	äike (trovoada)	eike
Ö ö	/ø/	aprox. o (em dou) de: ö (em hören)	öö (noite)	o
Ü ü	/y/	u açoriano (em ultra)	üks (um)	uks
X x	/ks/			
Y y	/y/			

⁽¹⁾ Cent (forma obrigatória nos atos da UE e a preferir nos demais textos da UE); cêntimo (variante nacional de uso corrente em Portugal e que pode ser utilizada noutra tipo de textos).

⁽²⁾ *Maa* significa terra e *kond* significa conjunto.

⁽³⁾ *Linn* em Taline (Tallinn em estónio).

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Paulo Correia (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Ana Luísa Faria (Conselho da UE); Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.



A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors [https://infoeuropa.euocid.pt/pesquisar/wti=\(a+folha\)+AND+\(wfmt=se+OR+wfmt=an\)/catalogo=bibliografico](https://infoeuropa.euocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico)

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-780-9



9 771830 780004